



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado CHICO FLORESTA

RQ 1976/2005

REQUERIMENTO Nº
(Do Deputado Distrital CHICO FLORESTA)

Assinatura

do Protocolo Legislativo para registro e, em seguida,
à Assessoria de Plenário.

Edmar Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Plenário

Requer a retomada de tramitação dos PLs Nº1.289, de 2004; Nº 1.290, de 2004; Nº 1.327, de 2004 e Nº 1.365, de 2004, que tratam da criação de Unidades de Conservação no Distrito Federal.

Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários,

Venho requerer a retomada de tramitação dos PLs Nº 1.289, de 2004; Nº1.290, de 2004; Nº 1.327, de 2004 e Nº 1.365, de 2004, que tratam da criação de Unidades de Conservação, em especial de Área de Relevante Interesse Ecológico e Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo no Distrito Federal, todos de minha autoria.

JUSTIFICAÇÃO

O Deputado José Edmar, então Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, encaminhou, em 10/11/2004, na 8ª Reunião Ordinária da CAF, proposta de sobrestamento de 4 (quatro) proposições, abaixo relacionadas, que tratam da criação de Unidades de Conservação, em especial de Área de Relevante Interesse Ecológico e Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo no Distrito Federal, todos de minha autoria.

1. Projeto de Lei Nº 1289, DE 2004

Cria o Parque de Uso Múltiplo da Granja das Oliveiras, na Região Administrativa do Recanto das Emas – RA XV, e dá outras providências;

2. Projeto de Lei Nº 1290, DE 2004

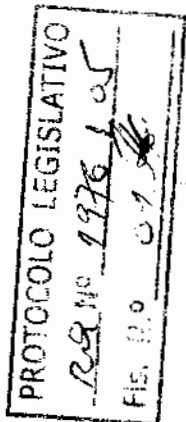
Cria o Parque Memorial e Vivencial Pedra Fundamental do Distrito Federal e dá outras providências;

3. Projeto de Lei Nº 1327, DE 2004

Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Granja do Ipê e dá outras providências;

4. Projeto de Lei Nº 1365, DE 2004

Cria o Parque de Uso Múltiplo do Sudoeste, na Região Administrativa do Sudoeste/Octogonal – RA XXII, e dá outras providências.



A referida proposta de sobrestamento se baseou em interpretação da Emenda à Lei Orgânica nº 40, de 2002. Destaque-se que o objetivo da Emenda nº 40 é alcançar os projetos de lei e de lei complementar que dispõem sobre o uso do solo urbano, promovendo: alteração de gabarito, desafetação de área, desmembramento, remembramento, fechamento com grades, alteração de normas de edificação, uso e gabarito, dentre outras; matérias que



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado CHICO FLORESTA

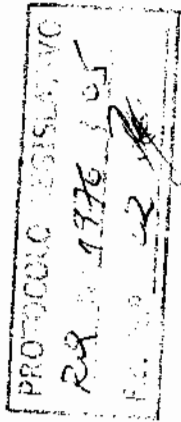
terminam por comprometer a qualidade de vida urbana e a ordenação do território, acarretando sérios prejuízos ao bem estar da população.

Ora, a criação de Unidades de Conservação, em especial as Áreas de Relevante Interesse Ecológico e os Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo nada tem a ver com o quadro acima retratado, pelo contrário, as motivações do legislador ao criá-las são exatamente opostas. A CRIAÇÃO DE PARQUES tem como principal objetivo a preservação de recursos naturais do cerrado, particularmente no tocante às nascentes e mata ciliar dos córregos, visa também o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e pesquisa ecológica. A proteção da área por um instrumento legal poderá garantir a recuperação do equilíbrio ecológico do ecossistema ali representado, as condições ideais do solo para absorção de águas pluviais, e a preservação dos recursos hídricos e demais componentes.

Em apoio à continuidade da tramitação de propostas que tratem da criação de parques, os nobres deputados Arlete Sampaio e Peniel Pacheco apresentaram Nota Técnica sustentando que a Emenda nº 40, de 2002, não restou ferida com a apresentação de projetos dessa natureza. (Nota Técnica anexa – DOC. I)

Concluíram, consistentemente, a defesa pela tramitação normal das proposições em questão alegando que:

1. a medida reveste-se de grande importância do ponto de vista ambiental e social, na medida em que proporcionará a manutenção de áreas essenciais para a qualidade de vida da população que, em razão da conformação urbanística das cidades, muito adensadas, constantemente reclama a criação de áreas verdes e de recreação;
2. a Emenda Nº 40, de 2002 não é afrontada pela criação de parques ecológicos e de uso múltiplo no Distrito Federal; e
3. que a Comissão de Assuntos Fundiários tem tido como tradição aprovar matérias que tratem do tema, inclusive com pareceres da lavra do Deputado José Edmar, então Presidente da CAF. Informações colhidas junto ao Protocolo Legislativo apontaram após a edição da Emenda nº 40/2002, somente entre 2003 e 2004, a aprovação na CAF de 6 (seis) proposições que tratam da criação de parques.



Como resultado das ponderações levantadas pela nobres parlamentares, na 8ª Reunião Ordinária da CAF, foi aprovado o Requerimento nº 04/2004, de autoria da Comissão de Assuntos Fundiários, pela convocação de Audiência Pública para debater a criação de parques no Distrito Federal (Ata da 8ª reunião anexa – DOC. II)

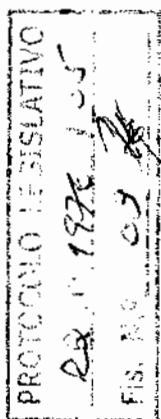
A Audiência Pública sobre os Parques realizou-se no dia 8 de dezembro de 2004, no auditório desta Casa, com a participação dos ilustres deputados José Edmar, Arlete Sampaio, Izalci Lucas, Brunelli e Augusto Carvalho e, ainda, do Secretário de Estado de Administração de Parques e Entidades de Conservação, senhor Ênnio Dutra; da Consultora da Fundação Pró-Natureza, senhora Mara Moscoso; da Secretária-Executiva do Fórum das Ongs Ambientistas, senhora Dolores Pierson; do Presidente do Instituto para o Desenvolvimento Sustentável – IDA, senhor Luiz Mourão (Ata da Audiência Pública anexa – DOC. III) (fls. 01 a 26).



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado CHICO FLORESTA

A seguir destacamos o posicionamento de alguns participantes, quanto à importância dos parques na nossa cidade:

- Consultora da Fundação Pró-Natureza, senhora Mara Moscoso= “ Eu não preciso falar da importância dos parques. Isso está muito claro. Brasília é uma cidade com muitos parques...” (...) “ O assunto é sério. As pessoas precisam morar de forma digna, mas a natureza precisa ser preservada, principalmente as nascentes” (fls. 02 e 03).
- Secretária-Executiva do Fórum das Ongs Ambientalistas, senhora Dolores Pierson= “Essas lutas das comunidades por parques é uma coisa maravilhosa em Brasília. Existe uma cidadania que é ativa, pró-ativa, que realmente se mobiliza e corre atrás daqueles espaços e daquelas idéias que julga pertinentes”(fls.03).
- Deputado Izalci Lucas= “Eu sou um dos maiores defensores de criação do parque e continuo sendo, pois acho que devemos preservar o meio ambiente...” (...) “Cumprimento e, ao mesmo tempo, parabênzo o nosso Secretário que tem o intuito de construir parques e preservar os mesmos. Isso é o que estamos precisando” (fls. 04).
- Deputada Arlete Sampaio= “uma nota técnica, assinada por mim e pelo Deputado Peniel Pacheco, com o entendimento de que em se tratando de parques que têm por objetivo atender o interesse coletivo e uma necessidade de preservação do Distrito Federal, não havia confronto entre a criação desses parques e a Emenda nº 40, porque esta visava impedir a mudança de destinação de área com vistas a interesses econômicos particulares. Portanto, a Emenda nº 40 não se aplicaria, no caso, à destinação de parques” (fls. 07).
- Deputado José Edmar= “Eu gostaria de informar que esta Casa já aprovou vários projetos criando parques. Eu mesmo já tive o privilégio de apresentar diversos projetos nesse sentido...” (...) Entendo que criar parques é proteger a natureza, é assegurar a preservação dos recursos naturais, é colocar o homem em estreito contato com a natureza para dela desfrutar e com ela aprender a conviver” (fls. 09).
- Deputado Augusto Carvalho= “temos todos os motivos para aplaudir a política do Governo de demarcar parques e proteger aquelas nesgas de verde que ainda existem no quadrilátero do Distrito Federal e tive a iniciativa de propor a constituição de um parque na Asa Sul...” (fls. 11 e 12).
- Secretário de Estado de Administração de Parques e Entidades de Conservação, senhor Ênnio Dutra= “quero dizer que somos favoráveis à questão da criação dos parques pelos deputados, desde que – esta é a nossa sugestão – sejam disponibilizados recursos (...) até porque consideramos que a criação de um parque é de interesse social. Portanto, não há, de nossa parte, impedimento nenhum” (fls. 22).





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado CHICO FLORESTA

- Presidente do Instituto para o Desenvolvimento Sustentável – IDA, senhor Luiz Mourão= “Os parques, as unidades de conservação não são áreas simplesmente para que as pessoas possam brincar, se distrair, elas fazem parte de um sistema que permita a nossa vida aqui em Brasília ou em qualquer outro lugar.” (...) “Os parques, as unidades de conservação promovem a água, a possibilidade de um ar limpo, a possibilidade de alguns recursos e de bichos que são importantes que tenham sua cadeia reprodutiva até para que possamos descobrir futuras culturas, curas de doenças e para o que chamamos de biodiversidade, então, os parques têm de ser olhados sob outra forma” (fls. 25).

Face ao exposto, entendemos que:

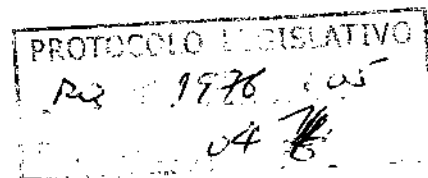
1. sendo a motivação da convocação daquela audiência a discussão na CAF sobre as proposições que tratam da criação de parques confrontarem ou não a Emenda nº 40, de 2002; conforme informação do Deputado José Edmar (fls. 01) e da Deputada Arlete (fls. 07);
2. tendo os depoimentos da citada Audiência Pública destacado a importância dos parques para a cidade;
3. tendo sido ressaltada a importância dos mesmos para a preservação ambiental de todo o Distrito Federal;
4. e, ainda, a declaração final do Secretário da Comparques, que se posicionou favoravelmente à questão da criação dos parques pelos deputados, não tendo, de sua parte, impedimento nenhum;

não se justifica o sobrestamento por essa Comissão das proposições que tratam da criação de parques ecológicos e de uso múltiplo no Distrito Federal.

Desta forma, venho REQUERER a retomada de tramitação dos PLs Nº 1.289, de 2004; Nº1.290, de 2004; Nº 1.327, de 2004 e Nº 1.365, de 2004, que tratam da criação de Unidades de Conservação, em especial de Área de Relevante Interesse Ecológico e Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo no Distrito Federal, todos de minha autoria, que se encontram no âmbito dessa Comissão.

Sala das Sessões, em 2005.

CHICO FLORESTA
Deputado Distrital - PT





DOCUMENTO I

NOTA TÉCNICA

ASSUNTO: Sobrestamento de Proposições

O Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários - CAF encaminhou proposta de sobrestamento de 4 (quatro) proposições, abaixo relacionadas, que tratam da criação de parques, ecológicos e de uso múltiplo, no Distrito Federal, todos de autoria do nobre Deputado Distrital Chico Floresta:

1. PROJETO DE LEI Nº 1289, DE 2004

Cria o Parque de Uso Múltiplo da Granja das Oliveiras, na Região Administrativa do Recanto das Emas - RA XV, e dá outras providências.

2. PROJETO DE LEI Nº 1290, DE 2004

Cria o Parque Memorial e Vivencial Pedra Fundamental do Distrito Federal e dá outras providências.

3. PROJETO DE LEI Nº 1327, DE 2004

Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE Granja do Ipê e dá outras providências.

4. PROJETO DE LEI Nº 1365, DE 2004

Cria o Parque de Uso Múltiplo do Sudoeste, na Região Administrativa do Sudoeste/Octogonal - RA XXII, e dá outras providências.

A referida proposta de sobrestamento, pelo Presidente da CAF, Deputado José Edmar, tem como objeto a interpretação da Emenda a Lei Orgânica nº 40, de 2002, cujo teor é o que se segue:

Recbi em
11/11/04
Kma 1579209

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RA Nº 1976105
FEB. Nº 05



“Art. 1º A Lei Orgânica do Distrito Federal passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos em seu Ato das Disposições Transitórias:

‘Art. 56. Até a aprovação do Plano Diretor Local do respectivo núcleo urbano não serão permitidos aumento do potencial construtivo, a alteração de uso ou a desafetação.

Art. 57. Ficam suspensos, no quadriênio de 2003-2006, a desafetação de que trata o art. 51, §§ 1º e 2º e o disposto no art. 320 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

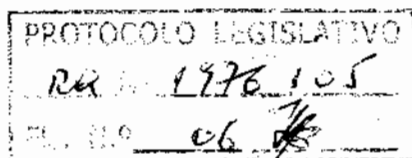
§ 1º Excetua-se do disposto neste artigo à desafetação prevista em Plano Diretor Local.

§ 2º A desafetação de que trata o parágrafo anterior será feita por lei específica de iniciativa do Governador do Distrito Federal, observado o disposto no art. 51, § 2º, desta Lei Orgânica’.

O mencionado art. 51, dispõe sobre os bens públicos e, entre outras disposições, condiciona a desafetação desses bens à ampla audiência à população interessada. O art. 320, por seu turno, trata das alterações em planos diretores, as quais só poderão ocorrer em prazo diferente do estabelecido em nossa Lei Orgânica, por motivos excepcionais e por interesse público comprovado.

Nas palavras do Le Corbusier “É preciso possibilitar, por uma legislação implacável, uma certa qualidade de bem-estar a cada um independentemente da questão do dinheiro. É preciso interditar para sempre, por uma estrita regulamentação urbana, que famílias inteiras sejam privadas de luz, de ar e de espaço”.

Destaque-se que o objetivo da Emenda nº 40 é alcançar os projetos de lei e de lei complementar que dispõem sobre o uso do solo urbano, de forma pontual, sobre alteração de uso, alteração de gabarito, desafetação de área, desmembramento, remembramento, fechamento com grades, alteração de normas de edificação, uso e gabarito, dentre outras, matérias que terminam por comprometer a qualidade de vida urbana e a ordenação do território, acarretando sérios prejuízos ao bem-estar da população.





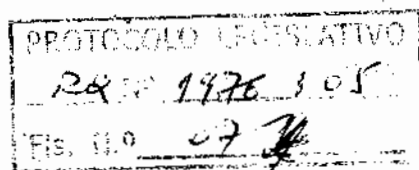
Todas essas formas de intervenção no espaço urbano alteram o valor econômico dos terrenos, em benefício exclusivo, muitas vezes, de seus proprietários, ainda que onerando a comunidade como um todo, já que sobrecarregam toda a infra-estrutura urbana. Acresça-se, por oportuno, que a utilização desordenada desses mecanismos, sem uma visão geral da cidade, compromete todo o esforço de se garantir um desenho urbano compatível com as exigências mínimas de salubridade, luminosidade e conforto ambiental, para não se falar no comprometimento estético da paisagem urbana.

Ora, a criação de PARQUES nada tem a ver com o quadro acima retratado, pelo contrário, as motivações do legislador ao criá-los são exatamente opostas. A criação de parques justifica-se em razão da importância que vem alcançando a destinação de espaços voltados à conservação de ecossistemas, próximos a áreas urbanas, permitindo, assim, que a comunidade local, diretamente interessada, possa usufruir do espaço e dos recursos naturais ali encontrados.

A criação de Parques tem como principal objetivo a preservação de recursos naturais do cerrado, particularmente no tocante às nascentes e mata ciliar dos córregos, visa também ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental e pesquisa ecológica. A proteção da área por um instrumento legal poderá garantir a recuperação do equilíbrio ecológico do ecossistema ali representado, as condições ideais do solo para absorção de águas pluviais, e a preservação dos recursos hídricos e demais componentes.

A medida reveste-se de grande importância do ponto de vista ambiental e social, na medida em que proporciona a manutenção de áreas de essenciais para a qualidade de vida da população que, em razão da conformação urbanística das cidades, muito adensadas, constantemente reclama a criação de áreas verdes e de recreação.

Quanto à posição desta Comissão de Assuntos Fundiários nas matérias relativas à criação de parques, após a edição da Emenda Nº40, de 2002, informações colhidas junto ao Protocolo Legislativo subsidiaram o quadro que se segue:



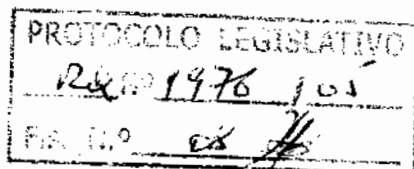


PROPOSIÇÕES RELATIVAS À CRIAÇÃO DE PARQUES,
APRECIADAS PELA CAF,
A PARTIR DE 2003

Proposição	Autor	Assunto	Relator	Parecer na CAF	Data
PLC 1796/2002	Dep. Chico Floresta	Criação do Parque de Uso Múltiplo do Vicente Pires - RA III	Dep. José Edmar	Pela aprovação da matéria	10/03/04
PLC 1895/2002	Dep. Paulo Tadeu	Criação do Parque Recreativo da QNH - RA III	Dep. Arlete Sampaio	Pela aprovação da matéria	22/10/03
PLC 29/2003	Dep. Fábio Barcellos	Criação do Parque Ecológico das Sucupiras - RA XXII	Dep. José Edmar	Pela aprovação da matéria	10/03/04
PLC 64/2003	- Dep. Paulo Tadeu	Criação do Parque Recreativo do Setor QNO - RA IX	Dep. Arlete Sampaio	Pela aprovação da matéria	02/06/04
PLC 61/2003	Dep. Fábio Barcellos	Criação do Bosque da aos - Área Octogonal Sul - RA XXII	Dep. José Edmar	Pela aprovação da matéria	19/03/04
PL 203/2003	Dep. Chico Leite Dep. Augusto Carvalho Dep. Peniel Pacheco	Criação do Parque Ecológico e de Uso Múltiplo da Asa Sul - RA I	Dep. Arlete Sampaio	Pela aprovação da matéria	03/09/03

Considerando que:

1. as proposições que tratam da criação de parques, áreas de preservação ambiental e áreas de relevante interesse ecológico revestem-se de grande importância do ponto de vista ambiental e social, na medida em que proporcionarão a manutenção de áreas de essenciais para a qualidade de vida da população que, em razão da conformação urbanística das cidades, muito adensadas, constantemente reclama a criação de áreas verdes e de recreação;





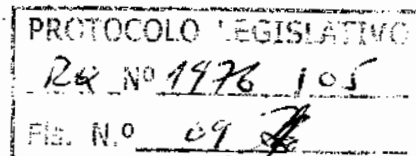
2. a Emenda Nº 40, de 2002 não é ferida com a criação de parques ecológicos e de uso múltiplo no Distrito Federal;
3. esta Comissão tem tido como tradição aprovar matérias que tratem do tema, inclusive com pareceres da lavra do Senhor Presidente da CAF,

entendemos que o sobrestamento das proposições em questão não deva ser aprovado, sob pena de prejudicar e colocar em risco a preservação ambiental de todo o Distrito Federal..

Brasília, 10 de novembro de 2004

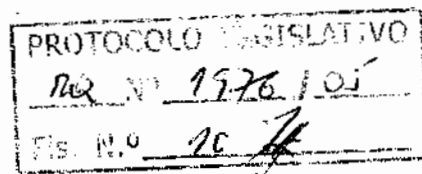
Dep. ARLETE SAMPAIO

Dep. PENIEL PACHECO



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**
Comissão de Assuntos Fundiários – CAFSAIN - Parque Rural, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Sala B32b,
CEP - 70.086-900 - Fone: 348-8671**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

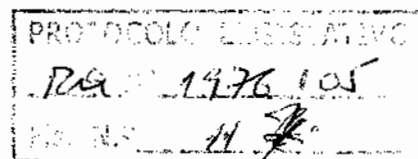
Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, precisamente às dez horas e cinquenta minutos, estando presentes as Sras. Deputadas Anilcéia Machado e Arlete Sampaio, e havendo quórum regimental o Sr. Presidente Deputado José Edmar, declara aberta a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Fundiários. Em primeiro lugar é lida a Ata da 7ª reunião ordinária realizada em 27 de outubro de dois mil e quatro, que após a leitura é **aprovada** por três votos favoráveis e duas ausências. Nesse momento o Deputado José Edmar sugere à Comissão análise aos seguintes Projetos **PLs 1289/04, 1290/04, 1327/204 e PLC 1359/01**, que no entender da CAF devem ser **sobrestados** por ferirem a Emenda 40. Entretanto, a Deputada Arlete Sampaio no uso da palavra propõe à CAF, que os **PLs 1289, 1290, e 1327** todos do ano de 2004, fiquem sobrestados até que se realize Audiência Pública para debate sobre a criação de Parques, proposta essa que é aprovada por unanimidade. Quanto ao **PL 1359/01**, o sobrestamento foi aprovado por três votos favoráveis. Em seguida o Deputado José Edmar apresenta para discussão de 14 emendas da CCJ ao **PL 1884/04** que é discutido o parecer e **aprovadas as 14 emendas** por três votos favoráveis e duas ausências. Dando sequência às votações o Deputado José Edmar passa a presidência à Deputada Anilcéia Machado e esta põe em discussão e votação o parecer do **PL 220/03**, que após as discussões fica **adiado** para a próxima reunião. Reassumindo a presidência o Dep. José Edmar propõe discussão e votação do parecer ao **PL 1044/04** que é concedido **vistas** à Deputada Anilcéia Machado. Em seguida é apresentado o parecer ao **PL 1365/04**, que após as ponderações fica **sobrestado** aguardando Audiência Pública do COMPARQUES. Dando prosseguimento à pauta o Deputado José Edmar propõe análise do parecer ao **PL 1373/04**, que fica **adiado** para a próxima reunião. Na condição de presidente a Deputada Arlete Sampaio apresenta o **PLC 1844/02** que após as discussões do seu parecer também é **adiado** para a próxima



reunião. Como Presidente a Deputada Anilcéia Machado apresenta o **PLC 1887/02**, que após todas as ponderações é **aprovado** o parecer **na forma do Substitutivo** por três votos favoráveis e duas ausências. Reassumindo a Presidência, o Deputado José Edmar coloca em discussão a **Indicação 2972/04** que é **aprovada** por três votos favoráveis e duas ausências. Para finalizar as votações o Deputado José Edmar apresenta o item extra-pauta que trata do **Requerimento 04/04**, de autoria da CAF, que requer a convocação de Audiência Pública para debater sobre a criação de Parques no Distrito Federal, que é **aprovado** por três votos favoráveis e duas ausências. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declara encerrada a reunião, às onze horas e quarenta minutos. Eu Olga Loiola Santana, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata.

Olga Loiola Santana
Secretária

Deputado José Edmar
Presidente





MESTRE-DE-CERIMÔNIAS

Senhoras e senhores, vamos dar início a esta audiência pública proposta pela Comissão de Assuntos Fundiários e presidida pelo Deputado José Edmar, a quem passo a palavra.



PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)

Bom-dia a todos. Primeiramente, peço desculpas aos senhores pelo atraso, pois esta Casa Legislativa neste final de ano está com muitos trabalhos e várias reuniões. Temos dificuldades com o número de Deputados e, portanto, agradeço a presença do Deputados Brunelli.

Convido para compor a Mesa desta audiência pública o Sr. Secretário de Estado de Administração de Parques e Entidades de Conservação, Ênnio Dutra; a Sra. Consultora da Fundação Pró-Natureza, Mara Moscoso; a Sra. Secretária Executiva do Fórum das ONGS Ambientalistas, Dolores Person.



Esta audiência pública foi aprovada por esta Comissão e decorreu de duas constatações. Primeiro, porque estavam na pauta de deliberação vários projetos propondo a criação de parques. Segundo, porque houve o questionamento sobre estarem esses projetos suspensos também pela Emenda nº 40, ou seja, se aquela emenda impedia a aprovação de projetos dessa natureza. Entendemos conveniente e oportuno promover esse debate convidando as autoridades do estado, do Judiciário e da sociedade civil porque o tema é da maior importância.

Peço a concordância dos Deputados desta Comissão para primeiro passar a palavra ao Sr. Ênnio Dutra, pois esteve presente na última reunião desta Comissão e está interado da proposta desta audiência pública. Ele poderá motivar o debate com seus conhecimentos sobre a matéria. Em seguida, darei a palavra aos Deputados membros da Casa e logo depois aos demais convidados que quiserem se manifestar nesta audiência.

Passo a palavra ao Sr. Ênnio Dutra para fazer o seu pronunciamento dando informações sobre a nova secretaria que foi criada há pouco tempo, mas que tem sob sua responsabilidade quase 80 parques. Ele falará das dificuldades e dos objetivos dessa secretaria no decorrer do trabalho feito pelo Sr. Ênnio. Com a palavra o Sr. Ênnio Dutra.



SR. SECRETÁRIO ÊNNIO DUTRA

Senhoras e senhores, bom-dia. Cumprimento os integrantes da Mesa, Deputado Brunelli, Deputado José Edmar, Sra. Dolores Pierson.

É um prazer enorme participar desta discussão. Isso só nos fará crescer e entender melhor o aspecto da preservação ambiental. Brasília precisa de qualidade de vida. Nós só



COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - CAF
AUDIÊNCIA PÚBLICA - COMPARQUES
AUDITÓRIO CLDF - 08/12/2004

2

acreditamos que Brasília será preservada no dia em que estivermos trabalhando juntos: Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e comunidade brasiliense.

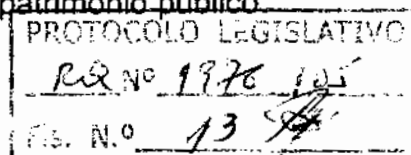


Estamos aqui hoje para esclarecer dúvidas acerca do tema. Sempre digo em reuniões e audiências que não nos permitimos ser deseducados nem destratados. Acima de qualquer interesse, está o patrimônio público, o ambiental que deve ser preservado e respeitado.

Coloco-me à disposição de todos os presentes. A nossa Secretaria completa no dia 31 de dezembro um ano de existência. Às vezes, pensamos que não fizemos quase nada. No entanto, se avaliarmos, verificaremos que já fizemos muita coisa, principalmente porque conseguimos sensibilizar a comunidade brasiliense através das associações e ONGS para que se juntem a nós. Dessa forma, apartidariamente resgataremos o respeito ao patrimônio público.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)



Concedo a palavra a Sra. Mara Moscoso, consultora da Fundação Pró-Natureza.

SRA. MARA MOSCOSO

Bom-dia. Agradeço ao convite para estar aqui. É importante estarmos aqui participando de um evento onde há tanta gente interessada.

Eu não preciso falar da importância dos parques. Isso está muito claro. Brasília é uma cidade com muitos parques, implementados ou não. Acho que a vontade de ter áreas verdes já é importante.

Eu já trabalhei no IEMA, um instituto já extinto. Tive o prazer de ser chefe do núcleo de parques. Sei da dificuldade que há de se criar um parque pela questão fundiária. Esse é o maior problema não só do Distrito Federal, mas também de várias cidades. Eu era recém-formada e tive a oportunidade de ver que há "conflito" entre comunidades e unidades de conservação, que não são apenas os parques ecológicos, mas parques nacionais e reservas. Sempre há esse conflito. No entanto, temos de dar as mãos diante de um objetivo comum.



Estou vendo aqui muitas pessoas do Parque do Guará.

O professor Ênnio falou de parcerias. Quantas ONGs foram criadas em função dos parques ecológicos? Tentei listar algumas: Amigos do Veredinha, Amigos do Parque do Guará, Amigos do Parque Ecológico Norte, Amigos do Parque Olhos D'Água. Em relação a esta última ONG, foi primeira vez em que vi a comunidade realmente mobilizada para criar um parque ecológico. (Palmas.)

Tem de surgir a parceria, realmente. Se a gente quer parques ecológicos implementados, sem que haja prejuízo para a comunidade, é hora de a gente dar as mãos.



Vejo que a implementação desses parques também depende de vontade política, e não só de recursos financeiros.

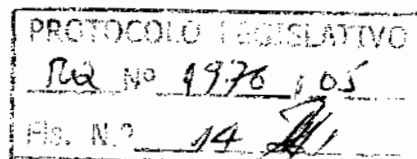
Estamos aqui para chamar. Faço parte de uma ONG e também represento o Fórum de ONGs de Brasília, com quarenta e oito entidades. Já vi conflitos muito sérios. Uma grande amiga nossa quase perdeu a vida dentro de um parque ecológico. O assunto é sério. As pessoas precisam morar de forma digna, mas a natureza precisa ser preservada, principalmente as nascentes. Esse é um dos objetivos dos parques. A sociedade tem de estar mobilizada, mas só isso não basta. No decorrer desses anos, também vi que muitas ONGs e várias pessoas da sociedade largaram os parques de lado, principalmente porque o Governo não alimentou essa idéia. Então, em primeiro lugar, precisa de vontade política. Em segundo lugar, temos de dar as mãos para resolver esses conflitos, que não são um problema só de Brasília ou só do Parque do Guarã. Cada caso é um caso. Temos de nos desarmar para conversar, tirar as nossas dúvidas e ver o que podemos fazer em conjunto.

Quero dizer ao Prof. Hélio que estamos à disposição. O Fórum de ONGs está aqui para chamar e colaborar.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)

Concedo a palavra à Dra. Dolores Pierson.



SRA. DOLORES PIERSON

Bom-dia a todos. Agradeço a oportunidade de estar aqui. Como cidadãos e organização, temos participado fortemente de atividades da Comparques, sempre correndo atrás de alguém. Acho isso muito salutar.

Naturalmente, a Mara já fez as observações absolutamente pertinentes, que endossamos. Também sou do Fórum das ONGs, que é um colegiado. Essas lutas das comunidades por parques é uma coisa maravilhosa, em Brasília. Existe uma cidadania que é ativa, pró-ativa, que realmente se mobiliza e corre atrás daqueles espaços e daquelas idéias que julga pertinentes. Vemos essa cidadania sempre vem em benefício do coletivo e do direito difuso, que acho muito importante.



O que vemos é uma desarticulação dos órgãos do Governo. Se me permitem, faço uma sugestão à Comparques. Poderíamos, por exemplo, fazer um levantamento, na Terracap, de lotes que ainda estão disponíveis e a sua localização ambiental. Podemos nos antecipar para, depois, não precisarmos correr atrás do prejuízo. (Palmas.)

Isso desoneraria o Governo e facilitaria o entendimento nosso. Temos de ser ouvidos sobre o que vamos construir na cidade onde queremos viver. Vamos correr atrás de lotes em áreas de fragilidade ambiental e identificá-los devidamente.

Na SHIN QL 2, uma nascente está dentro do lote 10 do conjunto 2. Na década de 90, há oito ou dez anos, não consegui convencer o Governo de que aquilo era uma fonte, água. Corremos atrás de especialistas da UnB, fizemos o laudo e, mesmo assim, essa nascente



COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS – CAF
AUDIÊNCIA PÚBLICA – COMPARQUES
AUDITÓRIO CLDF – 08/12/2004

4

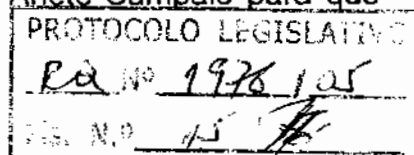
está dentro do lote. Ela fornece 1.200 litros de água límpida por hora, para o Lago Paranoá, na seca. Quer dizer, não é uma coisa que é perene.

A primeira solução seria nos organizar para exigir que o Governo tenha uma macrovisão, onde está o que para então podermos agir sobre esse meio. Essa é uma medida preventiva. Muitas coisas há para serem ditas. Seria um bom começo para que possamos disciplinar e ordenar nossa atuação. Cada um que é de uma cidade do Distrito Federal tendo conhecimento pode procurar o fórum onde realizamos nossas reuniões. Nosso email é: forum@ambiente.org.br. Estarei aqui até o final da reunião e darei mais informações. No mais, agradeço e sinto-me feliz em estarmos aqui reunidos, porque isso só irá funcionar se nós, cidadãos de bem, tocarmos esses processos, senão, realmente, eles não atenderão à nossa demanda e, sequer, cumprirão as leis que aí estão e decisões judiciais também.

Parabenizo todos e, principalmente, nós que estamos aqui. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)

Saúdo o Secretário e também Deputado Izalci Lucas que faz parte da Mesa. Pergunto se gostaria de fazer uso da palavra. Antes, convido a Deputada Arlete Sampaio para que faça parte da Mesa. (Palmas.)



SR. SECRETÁRIO IZALCI LUCAS

Bom-dia. Cumprimento o Presidente desta audiência, Deputado José Edmar, Deputado Brunelli, Deputada Arlete Sampaio, Dr. Ênio Dutra, Secretário de Estado das Administrações de Parques; Dra. Mara, Consultora da Fundação Pró-Natureza, Dra. Dolores, Secretária do Fórum das ONGs.

Cumprimento também todos os chacareiros presentes e toda a comunidade envolvida nas questões do parque. Sr. Presidente, fiz questão de passar aqui hoje para agradecer de coração o Governador Joaquim Roriz por ele ter suspenso a operação do Parque do Guará para que retomasse as conversas com aqueles chacareiros. Eu sou um dos maiores



defensores de criação do parque e continuo sendo, pois acho que devemos preservar o meio-ambiente, mas temos de respeitar e analisar caso a caso. Cada caso é um caso. Eu, como um dos Deputados mais votados da Região Administrativa do Guará, quero, de público, agradecer aos chacareiros do Parque do Guará pela manutenção, durante todo esse tempo, do parque, porque sou testemunha de que, se eles não estivessem lá, esse parque já não existiria há muito tempo. (Palmas.)

Cumprimento e, ao mesmo tempo, parabenizo o nosso Secretário que tem o intuito de construir os parques e preservar os mesmos. Isso é o que estamos precisando. Temos de ter o respeito e dar um tratamento especial para as pessoas que necessitam de um tratamento especial. Agradeço a todos vocês chacareiros, ao Governador, por essa iniciativa de conversar novamente com os chacareiros porque, realmente, tenho certeza de que



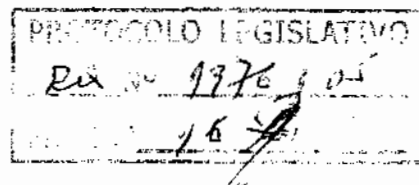
chegaremos a um consenso e o parque do Guará será uma realidade no Distrito Federal. Deputado José Edmar, parabênizo V.Exa. e a Comissão por esta iniciativa.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal está fazendo o seu papel e tem de participar dessas decisões. Ela não pode passar toda a responsabilidade para o Executivo. Peço licença a todos para me retirar, tendo em vista que tenho um compromisso e passei aqui somente para agradecer, principalmente, aos chacareiros pela manutenção do parque. (Palmas.)

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.



DEPUTADO BRUNELLI

Sr. Presidente, Deputado José Edmar, Secretário Dutra, Deputada Arlete Sampaio, representantes das Organizações Não-Governamentais, tenho trabalhado em prol da qualidade de vida do Distrito Federal, senhores, senhoras, meus amigos de luta, trabalhadores rurais que aqui se encontram, pessoas que têm trabalhado em favor da criação de sua família e subsistência, quero sempre agradecer primeiro a Deus e reconhecer o trabalho de algumas pessoas, porque na vida pública é importante ter gratidão.

É importante reconhecer o que se acerta e o que se erra. Operações acertadas e operações muito equivocadas. Suspensão de operações e continuidade de operações. Foi o que vi no Guará. Pessoalmente, estivemos naquele dia. Infelizmente, estamos vivendo um momento, no Distrito Federal, de muita insatisfação e difíceis conversas a respeito do Sistema Fundiário do Distrito Federal. Separado o joio do trigo hoje, é uma tarefa muito especial e também muito difícil, porque nós empreendemos o nosso trabalho desde o primeiro dia de mandato, quando nós aqui chegamos, vindos, em especial, 90% da minha votação pelo segmento evangélico do Distrito Federal. Eu me deparei com o primeiro problema que a Casa estava em recesso. Presentearam-me para ficar na Comissão de recesso desta Casa. E ficamos. Chega o povo do Hollywood, que ontem foram licitados mais algumas casas. Uma injustiça total, aos meus olhos. Uma questão que primeiro empregaram o certificado do nada para o nada, para o acaso e as pessoas cobram até hoje a sua regularização e saber se tem validade um certificado expedido pelo Estado, pois ao meu ver, se não pudesse fazê-lo, jamais deveria estar brincando com o sentimento e com a habitação das pessoas. Está completando aniversário. Vamos cantar parabéns para quem fez isso.

Então, nessas situações que estamos vivendo, precisamos buscar as condições temperadas nem tanto ao fogo da paixão nem tanto ao fogo de uma letra morta. Mas, olhando as pessoas que ali vivem. Então, naquele momento do Hollywood, que nós ali vivemos, em que não entendíamos absolutamente nada de questão agrária do Distrito Federal, nós fomos estudar, entender o PDOT, o PDL, a Emenda nº 40 do Distrito Federal, planos de manuseio e entender uma série de questões de água e proteção ambiental que também vejo que precisa ter as proteções ecológicas, mas precisa ter assímbiose. Alguns





PROTOCOLO LEGISLATIVO
Ra. Nº 1176 105
Fls. Nº 41

lugares como no Guará, em que temos uma lei aprovada por esta Casa. Uma lei que diz que as pessoas que ali estavam fazendo a sua plantação, criando ali as suas monoculturas, para subsistência familiar deveriam estar fixadas naquele lugar.

Quando vimos ali o pensamento foi outro. Presenciei uma situação muito triste. vimos gerações sendo retiradas - casas, um caseiro sendo levado para um lugar, o proprietário



sem negociação. Graças a Deus, enfim, parece que ainda houve tempo, depois de derrubada a casa, de uma conversa.

São ações como essa que não vamos coadunar nesta Casa. São ações como essas que queremos buscar. Ainda que eu faça parte da base do Governo. Vou ousar e acredito que o Governador não sabia dessa situação, porque quando soube pediu que se suspendesse essa situação. Entendo a questão difícil que o Prof. Ênio pegou - esse grande presente que entregaram em suas mãos. É um presente difícil de

desembrulhar sem expectativa do que está dentro da caixa, se uma caranguejeira, uma cascavel ou uma bomba.

Precisamos desenvolver essa situação nesta cidade. Faço um apelo muito afetuoso mas incisivo ao nosso Poder Executivo. Muitas pessoas adentraram nas zonas rurais para grilar terra. Existem pessoas inescrupulosas, sem-vergonha e picaretas, são pessoas que não prestam, que fazem da terra pública especulação imobiliária e ganho financeiro. Não temos lutado até para água e esgoto chegar àquele lugar, bem como energia elétrica. Se já existem famílias morando ali, é uma questão factual. O que o Ministério Público vai olhar? Vai olhar que está fazendo um papel equivocados de não olhar vidas humanas, mas olhar o papel.

Nesta semana, estive com a Desembargadora Greice, que falou em sua palestra uma coisa interessante e ousada. Disse que muitos que ali estavam eram muito novos na idade e não sabiam o que era ter uma família, ter um terreno para morar, precisar de uma casa, necessitar de um monte de situações, porque seus pais e avós venceram na sociedade e eles gozam de um outro privilégio de uma base social e financeira melhor do que as nossas famílias que estão aqui.

Olham-nos como pessoas retiradas da sociedade e não como pessoas que somos, eleitores, que fazemos a diferença econômica, pessoas que pagamos os nossos impostos para esses procuradores, para nós Legislativos, para o Executivo, para toda a estrutura do Estado funcionar. O saco de arroz ou de feijão comprado no mercado paga o salário dessas pessoas.

Nosso mandato aqui, como o Deputado José Edmar e da Deputada Arlete Sampaio, estará sempre ao lado dos senhores. Acreditamos no lado da Justiça Social. Precisamos de muito trabalho e precisamos pedir e rogar a Deus que o Prof. Ênio tenha um vermicida para matar o que está dentro dessa caixa de presente a ele dada. Que ele tenha arma ou, se necessário, tenha a paz.



Deus nos abençoe. Muito obrigado a cada um dos senhores. Que tenhamos neste seminário aquilo a que reputamos o melhor: Que todos tenham muito sossego e paz para dar continuidade às questões culturais e à agricultura pelos senhores realizada.



PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)

Ali está a Sra. Lúcia que vai receber cada pessoa que quiser fazer uso da palavra para fazer inscrição. Ela vai anotar o nome de todos que desejam usar da palavra.

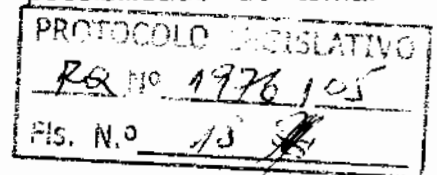
Informo a todos que para esta audiência nós pedimos alguns exemplares do trabalho feito pela Câmara Legislativa a respeito de parques, feito no ano de 2000, a meu pedido e também do Deputado Paulo Tadeu, mas, infelizmente, não conseguimos mais exemplares. Então, solicitei à assessoria que conseguisse o maior número de exemplares atualizados, para termos uma noção do trabalho feito pela Roseli e Azita de Moura Leal, que são as duas pessoas responsáveis pelo trabalho feito na Câmara Legislativa.



Portanto, estamos solicitando, a pedido desta Comissão, a confecção de mais exemplares atualizados para que os interessados tenham a possibilidade de tomar conhecimento desse trabalho.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO



Deputado José Edmar, presidente da Comissão, nossos ilustres convidados aqui presentes, componentes da Mesa, senhoras e senhores, quero retomar um pouco a razão pela qual solicitamos à Comissão a realização dessa audiência pública.

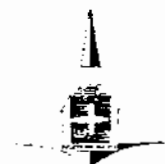
Havia quatro projetos que versavam sobre a criação de parques ou criação de área de relevante interesse ecológico e nós discutimos na Comissão se esses projetos confrontavam ou não com a Emenda nº 40, aprovada no final da última legislatura.

Nós fizemos uma nota técnica, assinada por mim e pelo Deputado Peniel Pacheco, com o entendimento de que em se tratando de parques que têm por objetivo atender o interesse coletivo e uma necessidade de preservação do Distrito Federal, não havia confronto entre a criação desses parques e a Emenda nº 40, porque esta visava impedir a mudança de destinação de área com vistas a interesses econômicos particulares.

Portanto, a Emenda nº 40, não se aplicaria, no caso, à destinação de parques. No entanto, esses projetos deveriam buscar observar as definições dos planos diretores locais em áreas onde houvesse sido feito o plano diretor local e até o planejamento da própria Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação para evitar conflito entre o que estava sendo proposto como área de preservação com o estudo técnico elaborado pelo Governo, do ponto de vista do que deveria ser a definição daquela área.

Quero também fazer referência, assim como o Deputado José Edmar, ao livro das Sras. Roseli e Zita, Assessoras Legislativas da Câmara Legislativa, pois a partir desse estudo e de outro que eu pedi que a Roseli fizesse, verificamos alguns dados. A Secretaria de Parques aponta a existência de sessenta e cinco parques, hoje, no Distrito Federal. Além desses, mais oito parques foram criados por lei ou por decreto que são: o Parque de Modelismo de Brasília, na RA I; Parque Serra do Pára-quedismo, na RA V; Parque Vivencial





COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - CAF
AUDIÊNCIA PÚBLICA - COMPARQUES
AUDITÓRIO CLDF - 08/12/2004

8

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 1976/05
Fls. Nº 195

Pinheiros, na RA do Paranoá e o Parque Ecológico Luís Cruz, na RA do Núcleo Bandeirante.

Como não há nenhum decreto que tenha extinguido ou mudado o nome dessas unidades, podemos concluir que há, no Distrito Federal, 69 parques de diversas categorias.



Nem todos esses parques estão formalmente criados - como exemplo, cito o Parque Ecológico da Península Sul, o Parque Ecológico do Córrego da Onça, o Parque de Uso Múltiplo da Vila Planalto, o Parque Ecológico do Tororó e o Parque Ecológico do Vale do Amanhecer -, no entanto, todas essas unidades constam da lista da Secretaria e estão sendo computadas entre esses 65 parques que a Secretaria atribui.

Quatro desses já têm poligonal definida e quatro situam-se em áreas desapropriadas. A única exceção, portanto, é o Parque Ecológico Córrego da Onça e o Parque Ecológico da Península Sul. Apenas dois parques contam hoje com um plano de manejo. Segundo nossas informações, é o Parque Ezequias Heringer, no Guará, e o Parque Burlemax, o antigo Parque Ecológico Norte. Os planos de manejo, todos sabemos, são fundamentais para a implantação dessas unidades, pois eles implicam no zoneamento das áreas. Os planos já elaborados ainda não foram devidamente implantados, e alguns deles, inclusive, precisam ser revistos porque são antigos.

Oito parques têm projeto-base implantado ou parcialmente implantado. Também quero ressaltar que nenhum parque conta com conselho gestor organizado. O conselho deve ser constituído paritariamente por membros dos poderes públicos e da sociedade civil e, entre outras funções, precisa participar da aprovação do plano de manejo.

Portanto, no cômputo geral dos 69 parques, 46 possuem poligonal e somente quatro parques contam com sistema de vigilância implantado. Finalmente, refiro-me à questão fundiária dos parques. Do total, apenas 36 situam-se em áreas públicas do DF e da União, os demais ainda carecem de regularização fundiária.

Então, quando o Governo cria a Secretaria de Parques, até podemos inserir que há uma preocupação para que, de fato, todas as iniciativas sejam feitas para que esses parques sejam devidamente implantados com tudo o que é necessário, para, realmente, fazer a sua administração, conforme a sua própria finalidade de preservação e, em alguns casos, de visitação pública e de um local de lazer para as pessoas.



A Roseli e a Zita informam que já estão atualizando esse livro, estão apenas aguardando a chance de publicarem a sua atualização. Creio que a nossa Comissão deveria reivindicar da Mesa a atualização desse volume, dessa revista.

Na última conversa que tivemos com o Dr. Ênio, ele nos apresentou um dado muito importante. Ele estava fazendo o cercamento dos parques, mas não havia disponibilidade orçamentária para que ele pudesse efetivamente implantar todos os parques do Distrito Federal e resolver as pendências existentes. Há alguns parques onde pessoas moram e as suas atividades lá dentro não se contrapõem à finalidade do parque. Há outras situações diferentes em que algumas pessoas terão necessariamente de ser removidas, mas não de forma selvagem, elas têm de ser tiradas de lá para serem colocadas em outra área - como



elas já moram há bastante tempo, elas têm, portanto, direito a um local de moradia que possa substituir aqueles.

Então, são muitas pendências existentes e nós achamos que com esta audiência nós queríamos alguns objetivos. Primeiro, que fosse compreendido que a criação de parques com a finalidade e certeza do interesse coletivo de preservação não fosse entendida como uma forma de confrontar a Emenda nº 40.

A segunda coisa que nós gostaríamos é que todos nós somássemos esforços no sentido de colaborar para que a Secretaria de Parques pudesse realmente cumprir o seu objetivo: plano de manejo de todos os parques, conselho gestor nos parques, vigilância, tudo o que é necessário para evitar que outras pessoas entrem nesses lugares e descumpram a finalidade para a qual os parques foram constituídos.

Portanto, esse é o nosso objetivo. O que nós podemos colaborar aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal nós devemos fazer, incluindo o nosso dever de abrir rubricas na Lei Orçamentária com a finalidade de definir recursos para que a Secretaria de Parques possa efetivamente cumprir o seu papel, podendo de fato preservar e manter os parques implantados em todo o Distrito Federal.

Então, Dr. Ênio, é isso o que nós gostaríamos de ouvir do senhor aqui. Em que podemos colaborar e quais as medidas que já estão sendo tomadas para avançar essa caracterização da implantação dos parques, da formação dos conselhos gestores, dos planos de manejo e tudo quanto é necessário para de fato cumprir a finalidade que a criação do parque ensejou.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 1976/05
Fls. N.º 20

Eu gostaria de convidar para compor a Mesa o Sr. Luiz Mourão Sá, Presidente do Instituto para o Desenvolvimento Ambiental - IDA. Eu gostaria também de falar alguma coisa nesse sentido antes de passar a palavra ao Dr. Ênio com a palavra. Antes, nós teremos a palavra de treze inscitos e nós vamos dar aqui uma palavra bem rápida a cada um dos senhores.

Eu gostaria de informar que esta Casa já aprovou vários projetos criando parques. Eu mesmo já tive o privilégio de apresentar diversos projetos nesse sentido, como por exemplo, o Parque Urbano do Paranoá, que foi uma luta fazer com que aquele projeto se estabelecesse, o Parque Bosque do Sudoeste, a ARI JK, que tem o nome de Parque ARI JK e aí deve-se destacar aqui que a ARI JK se assimila, ele tem mais ou menos as características do Parque do Guarã, porque quando criado muitas pessoas já moravam naquele local e nós tivemos que fazer não como parque, mas como área de preservação ambiental, o Parque Cortado em Taguatinga, que é exatamente um parque dentro da ARI. Também o Parque Burle Marx, aqui no Plano Piloto, dentre outros que nós pudemos apresentar aqui.



Entendo que criara parques é proteger a natureza, é assegurar a preservação dos recursos naturais, é colocar o homem em estreito contato com a natureza para dela desfrutar e com ela aprender a conviver.

Nesse parágrafo, eu gostaria de lembrar que eu estive fazendo uma viagem ao Estado do Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro e levei um tremendo susto ao visitar



COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - CAF

AUDIÊNCIA PÚBLICA - COMPARQUES

AUDITÓRIO CLDF - 08/12/2004

PROTOCOLO LEGISLATIVO

RA nº 1976/05

Fls. N.º 21

10

um parque na cidade do Rio de Janeiro em que várias pessoas moram dentro dele. Onde há um convívio de atividades dentro do parque que fazem a preservação do parque. Um parque muito grande. Eu, inclusive, tive a oportunidade de almoçar no próprio parque, em um restaurante à beira de uma cachoeira dentro do parque e aquela situação me chamou muito a atenção.

É necessário aprender a conviver. Há pessoas que sabem conviver com essa área de natureza e há pessoas que não sabem conviver com a natureza.

O que a Deputada Arlete falou há pouco resume exatamente isso. Há pessoas que podem conviver numa área preservada, mas há outras que não sabem ou usam essa área para outros fins.

Entendo também, como o Dr. Ênio, que não basta criar parques, é preciso mantê-los e dotá-los de meios que permitam a sua visitação sem prejuízo dos recursos naturais de que dispõe. É preciso investir em esforço de verbas para manutenção, para vigilância, para cercamento, para fiscalização, para educação.

Na última visita que o Dr. Ênio fez a essa comissão, falou-nos, claramente, e aqui poderá explicitar melhor, da importância dos recursos para a manutenção desses parques. Pergunto-lhe - V.Sa. poderá me responder no momento oportuno - se não poderíamos ter um modelo de parceria para conservação de alguns parques, pois temos mais de 70 parques em Brasília. Como a Deputada Arlete Sampaio bem disse, alguns estão cercados, estão preservados, recebendo cuidados, recursos necessários para atender aos anseios da sociedade.



A maioria está sem cercas, e o que dói, o que muito nos dói, - a exemplo do que aconteceu no ARIE JK, eu criei o projeto de lei, porque, morando em Taguatinga, há mais de 30 anos, vendo uma área central sendo ocupada e esta Casa aprovando projeto de lei criando duas áreas urbanas dentro dessa área, por isso apresentei projeto de lei criando o Parque JK, depois, convencido pelo moradores do parque, entendemos criar como ARIE JK, assim foi feito, mas só o tempo que tramitou nesta Casa, demorou dois anos, nesse tramitar, mais duas chácaras daquelas foram parceladas e as pessoas construíram suas casas, lá. Eu tive de entender que se tratava de fato consumado, construíram casas ali, tem de se derrubar, tem de se destruir? Não. Você tem de excluir aquela área de dentro da ARIE do Parque e preservar o restante, - mas o que nos dói é -, mesmo criando esses parques, parques já criados, - ver pessoas ainda ocupam essas áreas e fazem parcelamentos, o que não pode acontecer, no meu entender, é exatamente isso.

Direitos são direitos, o dia que houver um Deputado que não defenda o direito, ele não serve para ser Deputado. Porque preservar o direito do cidadão é o princípio maior do Poder Legislativo, direito pode ser do rico, do pobre e até de um passarinho, tem de ser preservado, então as pessoas que vivem dentro do parque, elas podem conviver com essa natureza ou, se for, claramente, justificada, a retirada dessas pessoas que estão nesse parque antes da criação dele, elas têm de ser levadas para outro local, mas dentro de uma negociação, para se decidir o que fazer.

Lembro-me muito bem da criação de Águas Claras, a negociação que o Governador fez para retirar os chacareiros que estavam na cidade de Águas Claras, alguns receberam até lote no Lago e em outras localidades, receberam indenizações e desocuparam Águas Claras, hoje, uma bela cidade, onde temos um belo parque, devidamente cercado.



COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - CAF
AUDIÊNCIA PÚBLICA - COMPARQUES
AUDITÓRIO CLDF - 08/12/2004

11

PROTOCOLO LEGISLATIVO
EX. Nº 1176 / 05
FIS. Nº 22

Deixo, Dr. Ênio, essa sugestão, de tentarmos criar para a maioria desses parques, programa de parcerias, onde as pessoas que ali moram, possam ser os parceiros, devidamente, cadastrados para a preservação desses parques, assim como podemos ter algum empresário que queira fazer parceria.

É uma sugestão que faço diante da dificuldade apresentada pelo Dr. Ênio, referindo-se à falta de recursos, a quantidade de parques existentes - mais de 70 - no Distrito Federal, a impossibilidade de recursos para cuidar de tudo isso, mas a necessidade da sociedade, a cobrança da sociedade para que existam esses parques nesses devidos locais.

Quero de modo muito forte parabenizar o Dr. Ênio e a sua equipe, que eu acho que tem uma vocação para o assunto. Durante esses anos, depois da criação da Comparques tenho convivido muito com o Dr. Ênio e posso dizer que talvez seja o Parlamentar que mais apresentou projetos de parques nesta Casa. Que pese alguns me criticarem muito, mas eu tenho muitos projetos, muitas leis, criando parques e já debati muito o assunto.

E quero ressaltar o assunto mais melindroso que debati foi com a criação da área JK, e aquela comunidade das Chácaras 28 e 29 dentro do JK. Que se tratava de uma invasão dentro do parque, pessoas que tinham invadido a área, que nós tínhamos criado como parque, e tivemos o consenso, o entendimento, junto com o Dr. Ênio, tendo o bom senso de discutir e mudar a poligonal que foi feita na área do JK, ou seja, não dando prejuízo às pessoas que estavam ali assentadas naquele local.

Eu quero agradecer e parabenizar a toda a equipe do Dr. Ênio, que tem uma vocação para o assunto, e tenho a certeza de que se houver mais apoio, especialmente, financeiro, poderão fazer muito mais para o bem da população do Distrito Federal.

Depois disso, quero fazer uma pergunta, Dr. Ênio: eu gostaria que o senhor fizesse aqui um relato mais detalhado dessa situação, mas tenho algumas perguntas, pois treze pessoas fizeram inscrição. Recebemos a presença do Deputado Augusto Carvalho, e já o convidamos para compor a mesa. O Deputado Augusto Carvalho também está inscrito para falar.

Com a palavra o Deputado Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO

Sr. Presidente, Sra. Deputada Arlete Sampaio, Sr. Secretário, senhoras e senhores integrante da mesa, demais presentes, desculpe-me não ter podido chegar a tempo, estava em outro compromisso, mas queria dar um depoimento: ainda ontem estive com a Embaixadora da Bélgica visitando o Parque Nacional, que tem sede no Distrito Federal, e o Prof. Ênio, Deputados, senhoras e senhores, se não fosse essa sábia decisão em 1961, quando era Primeiro-Ministro Dr. Tancredo Neves, de criar aquele parque, e eu pude ter a oportunidade de atravessá-lo ontem, e de lá contemplamos o Distrito Federal ou o Plano Piloto e as suas cercanias, e nós teríamos hoje uma cidade absolutamente degradada, uma unidade no Brasil completamente devastada pela pressão imobiliária, pela especulação imobiliária, mas felizmente a sabedoria daquelas homens, que no passado tiveram essa iniciativa, e conseguiram dar como legado para as gerações, a nossa e as que virão de nós, esse patrimônio, esse santuário ecológico que ali está.

Falo isso, porque entendo que o Governo do Distrito Federal, nós que somos do campo de Oposição ao Governador Joaquim Roriz, eu e a Deputada Arlete Sampaio, temos todo o motivo para aplaudir a política do Governo de demarcar os parques e proteger



aquelas nesgas de verde que ainda existem no quadrilátero do Distrito Federal e tive a iniciativa de propor a constituição de um parque na Asa Sul, na altura da 615 Sul, ao lado do Colégio Maristão quando praticamente já estava cedido para a construção de uma universidade privada naquela área em plena área contígua a uma lagoa que muitos desconheciam. Felizmente, aquele parque está constituído falta ser consolidado. Aliás,



ontem, o noticiário revelou um jovem assassinado naquela área porque ainda, hoje, na 615 Sul é uma área baldia que precisa ser consolidada. Oxalá, o cercamento, a consolidação daquele parque siga na política de demarcar, proteger aquelas áreas.

Eu queria aproveitar o tema sobre os parques, nós ouviremos depois o Prof. Euler falar, eu gostaria de falar também sobre a questão do Parque do Guará que já foi objeto de várias manifestações, vários debates, várias reuniões inclusive com o Prof. Êneo sobre os auspícios da

Presidência da Casa, debate que já fizemos no plenário da Câmara Legislativa, tudo na intenção de se buscar uma saída negociada, esses parques, essas áreas de preservação têm que ser defendidas, protegidas, não podem continuar funcionando certas atividades nessas áreas, isso é o mínimo que nós podemos fazer para as gerações que virão depois de nós que vão depender cada vez mais de água, do nosso ecossistema e tudo mais.

O Parque do Guará, eu confesso a minha decepção quando, na sequência de uma negociação, de um diálogo que estava havendo por parte das lideranças dos moradores do parque, vi imagens de violência sendo cometida contra pessoas que não deveriam estar ocupando aquela área mas estavam ali há muito tempo e eu não posso concordar jamais com violência para poder reintegrar a área que não pertenceria a pessoas privadas mas a todos nós, um patrimônio coletivo e eu sempre imaginei que o Prof. Êneo com a sua tranquilidade conseguiria levar a tempo um acordo que viesse a convencer as pessoas a saírem daquelas áreas pacificamente, buscando outras alternativas de moradia.

E eu me lembro, Prof. Êneo, de um documento, quero fazer a citação expressa porque o que aconteceu posterior, eu acho que foi uma ruptura com que foi assentado nessas tratativas que foram feitas sobre os auspícios da Câmara Legislativa, documento do dia 22 de março de 2004, endereçado ao Presidente da Casa e que dizia, peço vênha ao Deputado José Edmar para me estender um pouco para fazer a leitura deste documento. Assinado pelo Prof. Êneo, dizia que: "A negociação começou no ano de 2000, já que, há época, não dispúnhamos de área rural, foi por meio da Terracap, após uma reintegração de posse conseguida judicialmente, foi disponibilizada uma área ao sul do Recanto das Emas batizada como Núcleo Rural Monjolo que foi passada para a Secretaria de Agricultura e cedida para a Secretaria de Parques e disponibilizada para um assentamento ecologicamente correto dos ocupantes do Parque Ezequias Reneker que desejam permutar a sua ocupação do parque por uma gleba diminuindo dois hectares para atividade rural.

Promovemos e realizamos uma reunião com os ocupantes do Parque no dia 30 de janeiro de 2004, sexta-feira, às 17h, na Administração do Guará, para apresentar esta proposta do Governo abaixo nominada para depois tratarmos caso a caso.

Item I: Uma gleba para apresentar as propostas do Governo, abaixo nominadas para depois tratarmos caso a caso.

1 - Uma gleba no núcleo rural Monjolo, de no mínimo 2 hectares para atividade rural de subsistência somente para aqueles que necessitam, pois existem, sim, ocupantes que usam a área do parque só para lazer.



COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - CAF
AUDIÊNCIA PÚBLICA - COMPARQUES
AUDITÓRIO CLDF - 08/12/2004

13

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 1976/05
Fis. Nº 24

- 2 - Lote no Pró-DF para aqueles que optarem pelo programa.
- 3 - Todo ocupante da gleba terá assistência técnica da Emater e da Caesb.
- 4 - Para evitar parcelamento ou venda da gleba, não haverá documentação individual e, sim, um documento coletivo em nome da cooperativa que será coordenada pela SEAPA.
- 5 - Quem não se enquadrar nessas condições e fizer jus, terá as suas benfeitorias indenizadas de acordo com a lei pela Terracap, após 3 avaliações:
 - a) pela Comissão de Valores Imobiliários;
 - b) pela Caixa Econômica;
 - c) pela Terracap.

6 - Lote urbano para quem estiver em condições de ser enquadrado no projeto social do Governo do Distrito Federal, porém inexistente a garantia de ser no Guarã.

Enfim, uma série de sugestões, de propostas que foram feitas naquela ocasião e que malograda a negociação pacífica, o que nós tivemos foi a violência de tratores, invadindo a área, pé-de-cabras arrancando portas e destruindo telhados e a indenização que era prometida, inclusive, se fosse o caso daqueles que não tivessem as alternativas anteriores, essas indenizações sequer tiveram tempo de serem analisadas, discutidas, porque imperou a violência.

Não é uma boa política querer resolver as questões através da força, já que os meios de persuasão, os meios de convencimento, os meios de diálogo devem ser exauridos antes de qualquer tipo de recurso, da força. Até porque havia uma proposta do Governo de cumprimento de um acordo feito ou proposto à liderança dos moradores do parque do Guarã.



Então, Prof. Ênio, eu gostaria que nessa disputa judicial, ganha uma liminar, derruba-se a liminar, ganha-se novamente uma liminar, enfim, que tivesse V.Exa. a iniciativa de restabelecer essa proposta de acordo feita anteriormente, encaminhar de maneira adequada, negociada, através do diálogo, a solução para os problemas e aqueles que eventualmente não fizerem jus, segundo enquadramento da COMPARQUES, a hipótese, inclusive, da indenização de seus bens, já que toda uma vida foi ali construída, consolidada há longo de anos, famílias ali morando já há algum tempo, muitos que têm ali o seu lar, não é nenhum especulador essa pessoa, que tivesse por parte da COMPARQUES essa sensibilidade que foi perdida e que o Governo efetivamente solucione o problema de modo a pacificar essa situação.

Todos nós queremos o Parque do Guarã consolidado, completamente despoluído, disponível para uso e fruto de toda a sociedade. Agora, para se atingir esse desiderato, há que se ter a vontade política de se negociar, de se respeitar a lei e buscar sempre um acordo para a solução desse conflito.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)

Vamos ouvir os senhores. Eu gostaria que já pudessem se levantar e fazer uma colocação bastante rápida, 1, 2 minutos, para que cada um pudesse fazer uma explanação. Peço à Sra. Rosângela Ferrugem Vieira, que pudesse já ficar aqui perto do microfone. Eu vou chamar a segunda: Kátia Alves da Silva. Irmão Carlos, Ivan.

A Sra. Rosângela com a palavra.



PROTOCOLO LEGISLATIVO
PR Nº 496/05
Fls. N.º 25

SRA. ROSÂNGELA FERRUGEM VIEIRA

Bom-dia gente. Eu sou um pouco nervosa. Eu falo muito, mas é justamente por isso que eu estou aqui. Estou em nome da nossa associação, de outras que estão aqui, lutando pelo mesmo motivo, não só pela nossa, mas por todas que eu sei que estão aqui.

Agradeço a toda a bancada e pedir esse apoio. Mas um apoio justo, porque nós somos realmente o que falaram todos os Deputados. Nós somos pessoas trabalhadoras, não somos invasores e nem quilombolas como o Professor Hênio citou no Jornal de Brasília.

No DF TV ele falou isso. Eu queria que ele se retratasse porque nós não somos quilombolas e não somos invasores. Nós somos preservadores da área. Se o senhor quer preservar a área conte conosco. Chame um de cada vez e vá em cada casa para ver a preservação que nós temos na nossa área. Eu gostaria



de convidá-lo para que o senhor fosse sem patrôla, sem Sivsolo, sem comandante, sem policia. Vá sozinho, não tenha medo, nós somos gente de bem, seres humanos dignos. Nós queremos os nossos direitos preservados. Há quatro meses que todas as segundas-feiras estamos ligando uns para os outros para saber o que vai acontecer. Tem operação? O Professor Hênio vai mandar o povo dele? Estamos nessa situação há quatro meses.

Estamos diante de uma bomba para explodir. Eu tive pesadelo. Vocês sabem disso. Eu falei antes de entrar aqui com o Professor Hênio e disse tudo a respeito do meu sentimento. Disse para ele que não tenho ódio dele e nem da equipe dele, a não ser do Juraci, que é um nazista. Mas, eu estava orando pelo Prof. Hênio para aquebrantar o coração dele para que ele olhasse as leis que nos protege: Lei Orgânica, Lei Distrital, Leis Federais, são duas. Que tudo fosse dito e ouvir a gente na nossa verdade. Nós somos quilombolas e nem somos invasores. Isso estava aqui na minha garganta, eles nos chamou disso. Temos prova no Jornal de Brasília. Fosso chamados disso e nós não aceitamos isso. Somos dignos. Assim como o senhor o é. Nós estamos a véspera de Natal e todos de cabeça quente. Ninguém dorme direito. Tem gente doente, tem gente com problema de pressão alta porque as vésperas de Natal não tivemos disposição para os enfeites. Está aqui a minha indignação.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)

Com a palavra a Sra. Kátia Alves.

SRA. KÁTIA ALVES

Agradeço a Deus por essa oportunidade de estarmos reunidos nesta manhã e de sermos tão bem representados por aqueles que nós demos os nossos votos de confiança. Agradecemos aos Deputados que já nos representaram tão bem nesta manhã porque é tudo aquilo que gostaríamos de ter falado. Estou tendo esta oportunidade agora porque tem o nosso lado sensível.

Como o Deputado Júnior Brunelli falou aqui nesta manhã a respeito do Dr. Hênio que recebeu um presente, gostaríamos de falar que nós fazemos parte de seu presente. Que o



senhor seja sensível ao abrir esse presente, ele tem papel, fita e conteúdo dentro. O conteúdo deste papel tem a nossa história de muitos anos de luta, de batalha e perseguições. Nós temos sido perseguidos pelos líderes do Governo, por pessoas que estão sendo escolhidas pelo Governo para nos representar para fazer a defesa desses parques. Essas pessoas chegam em nossos lares como se ali não tivessem pessoas. Chegam nos nossos lares invadindo a nossa privacidade, os nossos sentimentos. Não estamos aqui querendo dinheiro. Nós queremos falar para vocês que tem o valor estimativo daquelas áreas. Fomos criados ali.

Tenho quarenta e um anos, minha mãe mora ali quarenta e nove anos na área e há vinte anos é perseguida pelo Governo para sair da área, ela criou os filhos, os netos e está ali até hoje. Minha mãe tem pressão alta e diabetes emocional devido às constantes visitas do Governo do Distrito Federal, que manda pessoas que não sabem representá-lo, porque o nosso Governador, a quem confiamos o nosso voto, é alguém super-sensível. O Governador Roriz não sabe que as pessoas o tem representado muito mal.



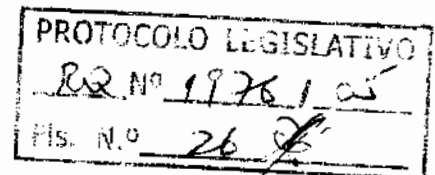
Eu não estava em minha casa quando o senhor nos fez uma visita. Mas a minha mãe mora naquela área há 49 anos. Nós tivemos um problema quando as pessoas foram removidas para a Candangolândia. Nós temos uma mina d'água de onde usufruímos há 49 anos. Quando os moradores saíram, as capivaras foram soltas na área e se reproduziram fazendo uso muito próximo da mina onde defecavam nessa proximidade. Então, quando foi feita a análise da água pela Caesb deu imprópria para o consumo humano. Nós temos necessidade de água e recorremos aos Deputados, como o Deputado Chico Floresta, que me tratou super mal. Hoje temos água da Caesb e não utilizamos da mina porque os animais utilizam. Nós amamos e preservamos a área que moramos. E as pessoas que têm tomado conta dessa área não estão preservando e cuidando como devem. Por isso digo que são pessoas mal escolhidas.

Por que não são escolhidas pessoas da nossa comunidade para fiscalizar aquela área na qual vivemos? Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)

Com a palavra o Irmão Carlos.

IRMÃO CARLOS



Cumprimento a todos e agradeço ao Deputado José Edmar, ao Sr. Ênnio Dutra, a Deputada Arlete Sampaio, que me recebeu como Vice-Governadora e ao Deputado Augusto Carvalho Deputado Izalci Lucas, o Deputado Brunelli que também estiveram lá.

Quero dizer para todos que estão presentes que o que foi dito eu aprovo. Gostaria que os moradores do parque se levantassem. Estamos sem Natal, sem paz, sem direito e eu estou em cima dos escombros. Como vi o senhor trabalhar e defender os pobres, hoje eleitores e amigos do Governador Roriz estamos sendo soterrados. Estou dormindo sem janela. Meus filhos estão para um lado e minha esposa para outro. Eu moro ali há mais de 20 anos e a minha casa virou. Não acho justo o que o nosso Governador está fazendo



conosco outra vez. O senhor que também faz parte desse Governo, está usufruindo daquilo que foi conquistado por meio do nosso voto.

Há quatro meses não temos sossego e não temos tido paz. É muito triste ver um trator quebrar sua casa tão sonhada e construída para o seu filho. Minha neta com que tem três anos me falou que vamos pegar tijolo e fazer a casa de novo. Induzido por algumas instituições, desculpe-me, mas que são ricos e nós não. Meus móveis estão em casas abandonadas. É muito triste. Eu sei que o senhor é um pai de família e tem seus filhos, como eu tenho e todos aqui têm.

Portanto, Deputados, nós estamos sofrendo a coisa mais cruel que já vi em Brasília. Temos leis e o Sr. Secretário diz que a lei que criou o parque não vale, o acordo não vale. Nós temos a Lei Orgânica do Distrito Federal, que diz que, se a área for realmente destinada para o meio ambiente, devemos ser transferidos para outro local. Quero que o Professor Ênnio entenda que este povo que aqui está quer sair do parque, mas não quer ficar sob a tutela da Comparques. Queremos ir para a Secretaria de Agricultura. Somos produtores rurais. (Palmas.)

Como os senhores podem ver, sou produtor rural. Colho 500 maços todos os dias. Na foto, vemos que é uma produção. Eles dizem que não somos produtores rurais. Lembro-me de estar na chácara do José Germano tirando 12 toneladas de peixe para entregar para qualquer um, porque a perseguição veio sobre nós de uma forma cruel.

Nós queremos paz! Somos trabalhadores. (Palmas.) É só isso que queremos. Sr. Ênnio, nós te amamos. Eu nunca o agredi e jamais o farei. O problema é que há tratores nos empurrando. Ontem mesmo, um trator terminou de derrubar uma casa que tem liminar. O sonho daquele companheiro foi para o chão. As lágrimas ficaram pingadas no chão, porque ele tinha esperança de poder continuar sob uma telha. Ontem, um trator terminou derrubando sua casa.

Como bem disse uma companheira, temos orado pelo senhor. Tenho certeza de que o Governador vai ser sensível a esta causa. Temos ali o companheiro Zé Mineiro, que vive lá há 49 anos. Qual é a sua esperança? O que esse homem tem para fazer? Da mesma forma, estão outros companheiros, como o Pernambuco, que está aqui. Somos os velhos que ali moram há mais de 30 ou 40 anos. Só agora, o Governador Roriz achou que deveríamos sair de lá para construir um parque?



Nós estamos preservando a área. Se estivermos fazendo algo errado, iremos corrigir. Se arrancamos alguma árvore, vamos plantar. (Palmas.)

Não precisamos de coerção, mas de orientação técnica. Deputado José Edmar, minha produção é orgânica. Pedi orientação esta semana a um técnico da Emater cujo nome não vou citar. Ele disse: "Estamos proibidos de te dar orientação. Há uma liminar. Por isso, não podemos ajudar". Ora, nem ao que pagamos temos direito!

Professor Ênnio, tenha compaixão de nós. Não faça isso conosco. Entramos na Justiça, porque foi a última saída que encontramos. Não tivemos outra brecha. (Palmas.) Deus o abençoe!

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RX Nº 1976 / 25
Fls. M.O. 27

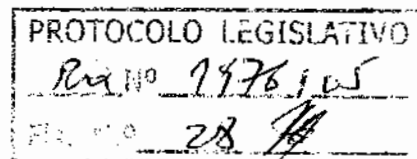


PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)

Há ainda treze pessoas inscritas. Três pessoas falaram sobre o mesmo assunto. Acredito que as demais também falarão sobre assuntos coincidentes. Para evitarmos repetição, passarei agora a palavra ao Professor Ênio. Se as outras pessoas não se sentirem contempladas, abrirei novamente a inscrição.

(Intervenções fora do microfone.)

Quem tratará de outro assunto? Com a palavra o Sr. Ivan.



SR. IVAN

Bom-dia a todos. Quero trazer novas informações ao Sr. Ênio. O senhor lembra-se do Parque Ecológico Vivencial, do Riacho Fundo? Informo-lhe que sábado, às 16 horas, morreram Douglas Ferreira Moita e Tiago Martins Souto, com 14 e 15 anos respectivamente. Eles estavam no Parque Ecológico do Riacho Fundo. Como o senhor sabe muito, há uma pista que passa dentro do Parque e que dá acesso a Riacho Fundo I e II. O senhor esteve lá há mais de um ano e nos prometeu fechar esse parque. Perdemos duas vidas, dois estudantes. A comunidade está em luto. Estamos revoltados com isso.



Também tenho índices do Batalhão, dos quais o senhor tem ciência. Quem pratica roubos passa pelo Riacho Fundo I, chega no Riacho Fundo II e já sai no Recanto das Emas, sem passar na barreira policial, do lado de fora, próxima à fábrica da Coca-Cola.

Para fechar o Parque, não tem muita dificuldade. Basta fechar o pedaço de duas pistas. As Administrações Regionais do Riacho Fundo I e II não se responsabilizam. Há um ano, o senhor esteve lá e nos prometeu fechar esse parque. Estamos altamente chateados com o senhor e com o Governo. Estamos chateados principalmente com o senhor, porque o senhor prometeu fechar esse parque. Chegamos a perder duas vidas, dois estudantes que estavam fazendo uso do Parque. O Parque não tem de servir para aumentar o índice de mortes de acidentes de trânsito. O Parque tem de servir para o lazer da comunidade dos jovens. Como o senhor sabe, é só fechar duas pistas.

Qual a dificuldade para fechar o Parque? Como o senhor me explica essa dificuldade. Até o comandante do Batalhão se propôs a passar uma patrula e arrancar o asfalto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)

Ivan, a sua pergunta já foi feita. (Intervenção fora do microfone.)

SR. MARCELO

Bom-dia ao Deputado José Edmar, à Deputada Arlete Sampaio, ao Prof. Ênio e aos demais membros da Mesa.

Como já foram falados sobre vários assuntos, faço uma denúncia ao pessoal das ONGs que estão aqui. Talvez o Parque do Guará esteja nessa situação não só por causa dos chacareiros, mas também pela incompetência deste Governo e dos anteriores. As nascentes são aterradas porque o Governo não fez fiscalização.



Faço uma denúncia. Liguei para o IBAMA, para a COMPARQUES e para vários outros órgãos do Governo, e não obtive resposta. Talvez o senhor ou outra pessoa da Mesa possa me dar uma resposta. O DER pediu licença, entrou em cinco ou seis chácaras, demarcou e vai fazer uma pista cortando o Parque. Existem várias pistas que dão acesso ao Parque do Guará, nas quais são jogados entulhos, pelos moradores do Guará e do Plano Piloto e por pessoas do SOF Sul. Todas essas pistas são mantidas pelo Governo do Distrito Federal para se ter acesso à Secretaria de Finanças, à CEB, à Caesb.

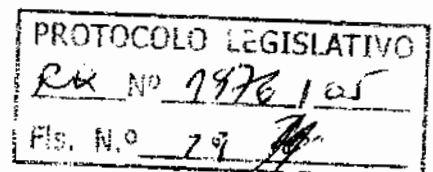
Então, o único problema do Parque não é o chacareiro. O chacareiro não quer ficar no Parque. Isso já foi falado ao Prof. Ênio e a Governador Roriz. Não queremos ficar no Parque. Só queremos que se cumpra a lei. O Prof. Ênio alega que a lei é inconstitucional. Eu gostaria de saber se as leis feitas por esta Casa valem ou não. Se não valem, por que são feitas? (Palmas.)

Existe o Ato das Disposições Transitórias, que é da Lei Orgânica do Distrito Federal. O seu art. 29 diz que é garantido o reassentamento em outra área rural de pessoas que ocupam área de relevante interesse ecológico. Somos nós. Não queremos ficar no Parque. O que os chacareiros mais querem é desocupar o Parque. Queremos ser tratados dignamente. Que o Parque seja fechado nessa área onde é jogado entulho. (Palmas.)



PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)

Muito obrigado. Concedo a palavra ao Sr. Abílio.



SR. ABÍLIO

Sr. Presidente da Mesa, Deputado José Edmar, demais membros, Dra. Mara, Deputada Arlete Sampaio, Dra. Dolores e professor Ênio. Repito a pergunta: as leis da Câmara Legislativa valem ou não valem? (Palmas.) Primeiro, sou Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Colônia Agrícola do Catetinho. O que é isso? Muitos não sabem.

A Lei nº 480, de 1998, que diz respeito à Colônia Agrícola Catetinho que foi sancionada pelo Governador Cristovam Buarque. Essa lei foi criada em substituição aos combinados agroubanos nºs 1, 2 e 3. Por quê? Porque o 4 virou Riacho Fundo II. O 5 diz respeito a um projeto de lei da cidade Catetinho. Srs. Deputados, quando se trata de área de preservação ambiental, muito me preocupa, porque o lençol freático está ali sobre o Caunb 1, 2, 4 e 5. Por quê? Porque são as cabeceiras de nascentes. Então, ali é um lençol freático sensível que, no entanto, virou cidade. Hoje, há a proposta da Cidade Catetinho que muito me preocupa.



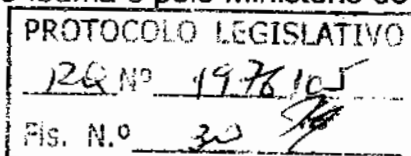
O Córrego da Onça foi criado pela Lei nº 421, também sancionada pelo Governador Cristovam, que hoje causa equívoco quando se fala "criação do parque do Córrego da Onça". Não é área do Córrego da Onça e, sim, área de captação de manancial da CAESB. Por que Córrego da Onça? Córrego da Onça não tem parque. O parque é da área de captação de água da CAESB. Por quê? Porque o Córrego da Onça foi criado pela Lei nº 421 e sancionada em 1997 pelo Governador Cristovam. Foi feito todo um estudo para implantação do Córrego da Onça. Lá



tudo está dentro da regularidade, obedecendo a todas as regras. Pergunto: essas leis valem ou não valem? Por que Parque Ecológico Córrego da Onça, professor Ênnio, se a área é de proteção da CAESB? Outra coisa, muito me preocupa a criação deste parque porque é uma das únicas áreas no Centro do Distrito Federal que permanece virgem até hoje. Ela permanece intacta sem nenhuma destruição. Esse manancial abastece o Catetinho e o Parque Way. A água potável é de primeira qualidade. Precisamos de fiscalização e acompanhamento do Governo em orientar os chacareiros do Córrego da Onça e não transformar aquela área em Parque Córrego da Onça. Porque Córrego da Onça se a área que está sendo cercada é manancial da CAESB? Por que esse nome?

Deixa-nos preocupados, porque parece que algo obscuro atrás dessa história toda. Será que querem nos tomar essa área? Tudo foi feito conforme a lei. Por quê? Senhores, tenho aqui um projeto que propõe a criação e ampliação de uma estação ecológica para garantir, definitivamente, a microbacia do Riacho Fundo. Nele mesmo diz o seguinte: cria-se a estação ecológica e que a Colônia Agrícola sobre a Lei nº 421 seja uma colônia agrícola de uso sustentável, com plano de manejo e tudo elaborado nesse projeto. Isso está aprovado no IBAMA e pelo Ministério do Meio Ambiente. Eu propus primeiro na SEMATEC, em 2001, só que nunca obtive resposta. Não tive nenhuma satisfação, sequer. Hoje, está aprovado no Ibama na mão de algumas pessoas. Lá eles acataram o projeto. Há uma polêmica a respeito dessa área, se é de propriedade do GDF ou da União. Portanto, há esse impasse da não implantação da estação ecológica. Eu queria que os Deputados acompanhassem isso para mim. Primeiro, com a resposta. Vale ou não vale a lei distrital? Outra coisa: analisar esse projeto porque ele já foi analisado pelo Ibama e pelo Ministério do Meio Ambiente. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)



Eu queria fazer uma sugestão ao Sr. Abílio que fizesse um encaminhamento à Comissão de Assuntos Fundiários dessa sua proposta de projeto, para que na Comissão pudessemos debater esse assunto.

Eu gostaria, para abreviar e citar alguns assuntos que ainda não foram citados ainda. Passo a palavra ao Sr. Pádua.

SR. PÁDUA

Bom-dia a todos, agradeço a presença de todos. Não irei citar os nomes de todos, para não perder muito tempo. Sou morador do Parque das Copaibas, no Lago Sul, que também vem sofrendo perseguições da Comparque.

Nós preservamos aquela área, eu, como Presidente da Associação de Moradores, fiz denúncias ali contra poluição do Córrego, posto de gasolina, jogando sabão dentro do córrego. Extração de madeira. Cercas que eram feitas, grilagem de terras. Todas essas coisas, eu fiz e faço denúncia até hoje quando acontece. Agora, recentemente jogaram um monte de lixo, pegaram faixas. Jogaram um monte de faixas velhas dentro do parque, como se fosse uma lixeira. Fui a Administração.

Fiz a denúncia e ela disse que era de responsabilidade da Comparque retirar esses lixos e disseram que iriam encaminhar a denúncia para a Comparque. Até hoje está um monte de faixa velha apodrecendo lá dentro. Quando fazíamos mutirão de limpeza, não ficava assim, porque íamos lá e tirava. Agora, não vamos mais, porque está cheio de fiscais da Comparque. andando lá dentro e não nos apoia em nada, só querem nos tirar, fazendo



ameaças, como já tiraram alguns moradores também. E nós queremos dizer o seguinte: Eu fui morar lá, eu tinha 12 anos de idade. Minha mãe criou eu e meus irmãos lá dentro. E nós, mesmo crianças, aprendemos a preservar a natureza. E hoje lá, uma área que foi devastada na época, tirando madeira, não se sabe se era para construção da Barragem do Paranoá ou de que. Hoje, o senhor pode ir lá. Qualquer pessoa pode entrar lá dentro e ver que a área está voltando ao normal, porque a gente não aceita queimadas. Apagamos fogo até de madrugada, porque quando chamamos o Bombeiro, a hora que eles aparecem no local, nós já apagamos o fogo. E a Compareque nunca foi apagar fogo lá, ao contrário, chegam lá somente para nos ameaçar.

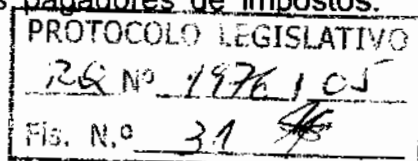
Então, igual foi dito aqui, que na floresta, no Rio de Janeiro, convivem pessoas com a natureza, aqui também convive. E convive muito bem. Nós podemos provar isso, porque os moradores que, às vezes, fazem campanhas para nos tirar de dentro do parque, eles não fazem porque querem um parque, eles fazem, porque acham que pobre não pode morar onde tem rico. Só que nós fomos para lá não existia rico. Era só mato. Em 1968, quando cheguei lá não existia Lago Sul. Não havia transporte. Não havia nada. E nós gostamos da



área e ficamos lá o tempo todo, com todos os problemas. Não havia energia elétrica. Hoje temos energia elétrica, mas é gambiarra. Aqui tem um documento da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que já foi feito pela segunda vez, solicitando um apoio da Compareque para tirar as gambiarras e colocar uma rede provisória, ao contrário, coloca a Ceb para ir lá e cortar a nossa gambiarra. Corta pela manhã. Nós fazemos à tarde. A última vez que cortaram foi sábado ao meio-dia, às 15 horas, já tínhamos feito novamente e está lá feita. Tantas vezes cortam e fazemos novamente, porque somos cidadãos brasileiros e precisamos da energia quanto qualquer pessoa.

Eu gostaria de saber se alguém aqui, acostumado a viver com energia elétrica se teria coragem de ficar sem energia elétrica em sua, vendo suas coisas se perdendo na geladeira. Parece perseguição, cortam justamente no quinto dia útil do mês, quando o pobre recebe o pagamento e faz suas compras, enche a geladeira. Ai cortam a energia. Além de gastarmos dinheiro com o fio, gastamos dinheiro para fazer compras e perdemos tudo, eletrodomésticos e tudo. Quem vai nos pagar? Também somos pagadores de impostos. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)



Todos os assuntos foram debatidos e explicados. Concedo a palavra ao Sr. Enio Dutra para fazer explanação dos questionamentos aqui feitos.

SR. SECRETÁRIO ÊNNIO DUTRA

Para não perdemos o foco principal da reunião, depois vou responder aos questionamentos feitos. Sugerimos para que a Compax não venha em vão é que ao criar o parque seja destinado recurso.

O que ocorre? Quando o parque é criado, a Câmara Legislativa do Distrito Federal diz que o decreto de criação ou a lei complementar - o documento final que cria o parque - diz que o parque deve ser implantado pelo Executivo, feito estudo, definido o poligonal e etc.



Mas esse estudo de plano de manejo, topografia, memorial descritivo, demanda recurso. Paralelamente à criação do parque ou junto a isso deve ser disponibilizado o recurso.

Outra sugestão nossa é que ao criar uma área, em que não foi feito estudo para definir que qualificação ou classificação será dada à área, que seja criada uma área de reserva fundiária ambiental. Aí, um ano depois, o Deputado deve se comprometer a disponibilizar o recurso para que seja feito o estudo e, a partir daí, dar a destinação, obedecendo os atributos da área que a classificam.



São propostas nossas. Porque para implantar um parque é necessário plano de manejo ou plano diretor, precisa de topografia e de poligonal.

Quanto ao parque do Guará, o Governador acompanhou todas as decisões. Não desconhece nada. Ao contrário, tem conhecimento. O que S.Exa. pediu agora foi pedir um tempo e vai receber uma comissão de seis pessoas amanhã, quinta-feira, às 17h em Águas Claras. Essa comissão obviamente levará as reivindicações e observações.

O que fizemos no parque do Guará? É bom salientar. Fizemos um levantamento desde de 2000. Estamos trabalhando efetivamente no parque do Guará, como os senhores são testemunhas. Fizemos um levantamento. Cento e cinco famílias foram removidas. Ninguém ouviu falar disso, porque a coisa deu certo, porque o tratamento dispensado a essas famílias que foram para as quadras 207 e 209 de Samambaia. Foram 105 famílias. Outras 17 que também foram enquadradas no projeto social do Governo - não podemos sair dando lotes porque temos leis a cumprir e queremos ser legais, cumprir a lei.

São 17 famílias que têm direito a serem enquadradas no projeto sociais. Com a entrada na Justiça estão aguardando. Declinaram de receber o lote. Algumas até assinaram a desistência e estão aguardando a indenização.

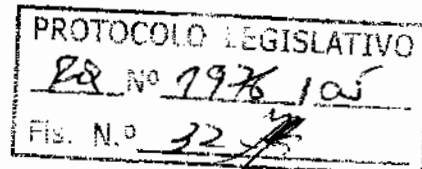
O que ocorre com a indenização? Não tem lei que a ampare. Só podemos fazer a coisa dentro da lei.

(Intervenção fora do microfone.)

Quem está fazendo isso não sou eu, não é minha equipe, mas a Procuradoria Geral do Distrito Federal, são os procuradores que estão fazendo esse trabalho jurídico, logicamente com a participação do nosso jurídico. Mas são eles que estão fazendo. A declaração da Procuradoria é que a lei é inconstitucional. Portanto, não temos como enquadrar, exceto que surja... Quanto à outra lei invocada, Lei nº nove mil e qualquer coisa, sobre os moradores históricos. Moradores históricos são indígenas, conforme a Sra. Rosângela falou, eu jamais os chamei de (?).

(Intervenção fora do microfone.)

Eu disse, veja bem, foi o seguinte: o que eu disse foi o seguinte: moradores tradicionais em parques, se referem aos parques nacionais, são os indígenas, os columbológicos. Então, no nosso cenário, não temos moradores tradicionais.





implantado e disponibilizado para uso público. Deixe-me dar um exemplo: a São Geraldo fez a reforma dos banheiros do Parque da Cidade e colocou - se vocês entrarem lá, verificarão que o material é de primeira -, no banheiro, uma plaquinha fazendo o seu comercial. Eu estava falando desse tipo de participação, não é para a empresa construir algo lá.

A nossa grande sacada - , inclusive, agora, fiz uma palestra em Manaus, mostrando a nossa política de parque - foi a criação do Fundo Pró-Parques, que visa arrecadar fundos para a manutenção dos parques. O Parque da Cidade, por exemplo, arrecadava toda uma quantia considerável por mês e não tinha dinheiro para comprar papel higiênico. Agora, tem. Com relação ao Riacho Fundo, uma pessoa está brigando junto à Novacap, reivindicando - logicamente, não citarei nome - a posse de uma área depois do Quartel da Polícia Montada. Não concluímos o cercamento do Parque do Riacho Fundo, porque é uma questão que se encontra na Justiça.

Façamos o seguinte: depois, marcaremos, com vocês, uma reunião para conversar objetivamente sobre o Parque do Riacho Fundo.

Sobre a questão do Copaibas, ele é um parque ecológico ocupado por pessoas e é impossível mantê-las ali. Não tem como. É uma área sensível, ambientalmente falando. Então, infelizmente, temos de remover as pessoas que ocupam aquela área.

(Interrupções fora do microfone.)

O posto de gasolina foi licenciado na área. Não vou entrar nesse mérito, por favor.

Só para finalizar, quero dizer que somos favoráveis à questão da criação dos parques pelos Deputados, desde que - esta é a nossa sugestão - sejam disponibilizados recursos ou seja criada a ARFA, até porque consideramos que a criação de um parque é de interesse social. Portanto, não há, de nossa parte, impedimento nenhum.



PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)

Fizemos várias colocações. Eu acho que todos os senhores aqui passam a ter um conhecimento maior da Comissão de Assuntos Fundiários. Acredito que exista muita coisa a ser estudada, a ser feita, a ser implementada. Há muitas situações que são injustas e ninguém pode defender o injusto. Agora, o direito tem que ser preservado, tem que ser garantido. Eu, particularmente, como falei ainda há pouco sobre a viagem que fiz ao Rio de Janeiro, fiquei impressionado ao ver um belo de um restaurante ao lado de uma cachoeira dentro de um parque. Fiquei impressionado.

Perguntei ao Dr. Ênio se há alguma empresa no parque. Ninguém pode dizer que os estabelecimentos que funcionam ali no parque da cidade são nocivos. Não. São extremamente saudáveis ao parque. Agora, por exemplo, na ARI JK, - nós criamos o ARI JK como ARI - nós queremos a preservação daquilo. Nós temos lá, por exemplo, duas chácaras, para não citar mais, a Kireybara e a Onoyama. O velho Onoyama veio para cá com o JK e ele fez dentro da chácara dele um pequeno santuário ecológico só com árvores da Amazônia. Então, há um pedaço da Amazônia dentro de Taguatinga. É uma coisa fantástica. Eu falei para ele: "Onoyama, põe aqui uma plaquinha para as pessoas visitarem isso aqui. Pode até cobrar R\$ 1,00 (um real) para a pessoa visitar isso aqui que as pessoas pagam".



Agora, como é que se tira um homem daquele de dentro daquela área. A cidade inteira quer o parque. Todo mundo quer que seja de uso público, mas fala em tirar o Onoyama de lá de dentro que ninguém concorda. Então, essas situações divergentes têm que ser sentidas pelos nossos órgãos ambientalistas.

Eu acho que a presença do Dr. Ênio a esta plenária, sabendo que haveria colocações hostis a sua pessoa, de reclamações a sua secretaria mostra claramente a sua qualidade, a sua condição de homem preparado para um debate para discutir. Ele tem seus pontos de vista e nós temos que respeitar. Mas, por exemplo, quando ele fala da situação do Parque do Guará e convoca e abre um espaço para que alguns dos senhores se dirijam ao Sr. Governador para fazer um debate, ele abre um porta imensa para o debate.

Como o senhor e o Dr. Ênio falaram, quem já teve imóvel não pode ser beneficiado. Talvez não possa na área urbana, mas será que não há condições de a Secretaria de Agricultura atender com uma área rural? Claro que deve ter.

Foi uma pena nós não termos trazido aqui o nosso Secretário de Agricultura, o Sr.



Aguinaldo Levis, uma pessoa que reputo da maior integridade, da maior sensibilidade possível. São duas pessoas. No decorrer da vida, vamos perdendo os grandes amigos que vamos fazendo. No último ano, perdemos o Cel. Benjamim, uma pessoa do SivSolo, um organismo de repressão, mas eu trago aqui lembranças inúmeras do Cel. Benjamim, de debates, de discussão para se encontrar a solução para os problemas.

Há pouco tempo, um amigo, Subsecretário do Dr. Ênio, o Araújo, um homem que ao conversar parecia violento, bruto, mas de um coração imenso para debater. O Araújo era uma pessoa fora do comum.

Então, pode ir destacando essas duas pessoas que se foram desta vida, mas que tiveram aqui um convívio muito estreito conosco e falando do nosso Secretário de Agricultura.

Só para citar um fato que aconteceu no passado. Quando criamos o Parque Burle Marx, aqui no parque norte, havia duas famílias que, na remoção da invasão do Ceub para a Samambaia - foram removidas seis mil, oitocentas e poucas famílias, mas duas não foram removidas porque o próprio Governo achou que não poderiam ser removidas e que deveriam ganhar lotes rurais. São pessoas que criavam porcos, animais, possuíam carroças... até então não tinha se resolvido a situação. O próprio Benjamin chegou um dia e se ofereceu para me ajudar a resolver o problema daquelas duas famílias. Lá fomos nós para o Aguinaldo Lélis, contamos o nosso problema, pois não podíamos tirar o pessoal à força, precisamos arranjar solução para o caso. Arrumamos duas chácaras pequenas, depois de Planaltina, pois a vida só tem sentido viver se for para servir. (Palmas.)

Na vida temos algumas divergências, pois há injustiças, se não houvesse injustiça não haveria divergência. Se há algum caminho, nós iremos encontrar. Tenho certeza de que o Dr. Ênio, mesmo com as colocações feitas, ou seja, colocações mais didáticas que sentimentais, ele demonstra que é um homem de debate, de discussão, e quando se tem debate pode-se encontrar solução.

Com a permissão da Presidente dos trabalhos, Deputada Eurides Brito, passo a palavra ao Dr. Mourão, Presidente do Instituto para Desenvolvimento Ambiental.



Está combinado que amanhã, às 18 horas, eu preciso, por favor, dessa relação ainda hoje para poder passar para Águas Claras, para que essas seis pessoas possam entrevistar o Governador.

Responderei respeitosamente algumas observações pela Deputada Arlete Sampaio. A questão da implantação, implementação do parque é recurso.

O Governador Roriz, preocupado como ninguém com a questão ambiental, criou a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, além da Comissão de Parques, criada em 2000.

Qual uma das grandes dificuldades para a implantação de parques? Na implantação de um parque várias secretarias e empresas participam desse processo e por questão política o projeto era engavetado, por isso não saía. Daí porque outros secretários tentaram, mas não fizeram.

O Governador me deu essa missão, porque eu não sou ligado a nenhum partido político, respeito todas as filosofias, mas não sou ligado a nenhum deles. Não sou indicado e nem apadrinhado por nenhum político. Eu recebi essa missão do Governador por causa da proximidade que tenho com ele na participação dessas conversas. Portanto, o Governador está preocupado com essa questão.



Voltando ao Parque do Guará, esse levantamento foi feito. Aquelas pessoas que não estão sendo contempladas e já tiveram ou têm imóvel em seu nome, inclusive Pastor, a sua esposa tem um lote no nome dela.

A lei é bem clara, quem já teve imóvel no seu nome não tem como ser enquadrado.

Quem teve condições legais foi enquadrado no projeto social do Governo, quem já teve imóvel em seu nome, não tem como receber. A partir de amanhã, se vocês quiserem voltar a conversar, após a audiência com o Governador, conversaremos numa boa.

Com relação ao cercamento, o que está sendo feito? Nós temos que cercar os parques. Esses dezenove parques que estão sendo cercados foram na porta da Secretaria de Obras e por quê? Porque há urgência para que esses parques sejam cercados e protegidos. Por que vivemos essa situação tão desgastante? Vocês lembram o que eu dizia quando recebia vocês: é um prazer capenga. É desconfortável para nós tratarmos disso, mas acontece que temos que enfrentar essa situação, procurando minorar e buscar solução. Sem entrar no mérito de quem foi, mas por que houve omissão e conivência?

Procuramos resolver a questão com respeito, mas chega um ponto em que temos que agir. A questão do Conselho Gestor que é outra observação que a Deputada fez aqui, são sessenta e tantos parques. É inviável criar um conselho gestor para cada parque. Então, o que estamos fazendo? Estamos estudando e vamos levar para discutir com a sociedade a questão do conselho gestor regional. Elaboramos e já está nesta Casa para ser discutido e possivelmente aprovado o Sistema Distrital de Unidade de Conservação. Por quê? A Lei nº 265, que regula os parques, não os contempla junto ao SNUC - Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Então, o que fizemos? Com a criação do SNUC, que está sendo liderada pela Deputada Eliana Pedrosa, estamos enquadrando os parques no sistema nacional.

Sobre a questão da parceria, costumamos dizer, Deputada, que toda parceria bem-intencionada será bem-recebida. A bem-intencionada é aquela para que o parque seja



PROTOCOLO LEGISLATIVO
EX. Nº 1976/05
SR. Nº 36

SR. LUIZ MOURÃO

Bom dia, rapidamente, no sentido de esclarecer alguns pontos aqui abordados, devemos trazer à consideração dos senhores alguns esclarecimentos.

Primeiro: não há sentido área ambiental que não seja para o homem, para as pessoas que estão usufruindo daquela área, daquele meio ambiente, pessoas que fazem parte do mesmo sistema, onde tudo isso tem de ser integrado. Isso é fundamental. De que maneira se utiliza parques, unidades de conservação? Isso é muito importante, porque temos tido um trabalho fora das Ongs em termos de explicar o que é o meio ambiente, que não é algo específico, cuidar da plantinha para o bichinho ficar soltinho lá! É uma coisa feita para todos nós. Os parques, as unidades de conservação não são áreas simplesmente para que as pessoas possam brincar, se distrair, elas fazem parte de um sistema que permita a nossa vida aqui em Brasília ou em qualquer lugar. É importante que as pessoas saibam disso.

Os parques, as unidades de conservação promovem a água, a possibilidade de um ar limpo, a possibilidade de alguns recursos e de bichos que são importantes que tenham sua cadeia reprodutiva até para que possamos descobrir futuras culturas, curas de doenças e para o que chamamos de biodiversidade, então, os parques têm de ser olhados sob outra forma. Há pessoas e parques. Para que serve um parque? Claro que quem mora dentro de um parque, há muito tempo, tem de ter sua situação analisada, como a de um chacareiro que morava há 60 anos, onde hoje é esse prédio, onde funciona a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Uma das coisas mais importante na política do Distrito Federal, pois estamos aqui discutindo problemas da população.

Há dimensões de importância, pois cada caso tem de ser resolvido, mas o parque, unidade de conservação é extremamente importante, mas unidades de conservação devem ser criadas com critérios, que estão sendo propostos por meio de sistema de unidade de conservação distrital, todos nós temos de participar, é importante participar para saber como vamos passar a criar essas unidades. Qual é a importância dela? Brasília foi uma cidade planejada, ela depende brutalmente de água, todos sabemos que água é um problema difícil de ser equacionado e quanto mais ocuparmos e adensarmos essa cidade mais difícil será para as pessoas que chegaram primeiro aqui estarem vivendo.



É importante ver a sua situação pessoal, mas não concordo que uma pessoa que tenha tido uma propriedade, possa estar sendo remunerada dentro da cidade, se ela já teve, se a lei é essa, ela vai ter de buscar uma solução fora da cidade, até numa área urbana, já que ela tem algum direito naquela área, mas temos de pensar na unidade de conservação que é muito importante, como vamos manter, porque isso vai depender a nossa vida e dos nossos filhos. Se amanhã não tivermos mais água aqui, e soluções que estão sendo apontadas como salvadoras, não serão, o problema aqui é sério, cada vez mais sério, quem está aqui sabe disso, quem está aqui a 40 anos tem acompanhado essa situação, então, temos de olhar para a unidade de conservação de uma outra maneira, e temos de cuidar dessa lei do sistema de unidade e conservação distrital e criarmos parques e darmos condição para que a Comparque vem fazendo um trabalho decente, honesto, possa estar realmente desapropriando, colocando as pessoas onde devem ser colocadas dentro da lei, e que possam estar cercando os parques, porque sem recursos não dá para fazer, e criando inclusive opções de educação ambiental e geração de renda dentro dos parques.



O trabalho do Prof. Ênio, não tenho procuração dele, em outras ocasiões tivemos posições diversas, tem sido extremamente importante. Não temos visto ninguém. Posso dizer que na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para falar dessa outra questão, e temos aqui um professor e um Secretário de Estado discutindo com a comunidade exatamente o que pode e não pode fazer.

Do meu ponto de vista é extremamente importante, democrático, e de abertura para que as pessoas possam estar falando. É importante que possamos estar discutindo e fazendo outras audiências públicas sobre o sistema de unidade de conservação, de como viabilizar esses parques tanto para lazer como para manutenção desses recursos que são tão importantes para a gente.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)

Após a palavra o Dr. Mourão, gostaria de manifestar aos senhores que procurem o Dr. Ênio para que pudessem ter aquela relação das seis pessoas que vão visitar o Governador. As outras sugestões aqui apresentadas foram devidamente gravada pela nossa comissão. Temos aqui na nossa Comissão todas essas colocações feitas, e posteriormente queremos acompanhar todas as informações apresentadas aqui.

Agradeço a presença de todos os senhores, das autoridades aqui presentes, e quero dar por encerrada esta Comissão.

(Discussões paralelas.)

Estamos aqui com a Deputada Arlete Sampaio encerrando, o horário já está vencido, temos de encerrar. Gostaria que os senhores pudessem rapidamente conversar com o Dr. Ênio, pois ele está me falando aqui que a comissão marca com vocês uma reunião lá na Comparque para conversar, agora, a Comissão de Assuntos Fundiários está aberta para discutir esses assuntos, qualquer sugestão, como apresentada ainda há pouco pelo Abílio, quero que mande esses projetos para a Comissão, para que possamos debater.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO

Sr. Presidente, queria sugerir que os companheiros aqui do Caub, essa proposta que o Abílio fez, eu queria sugerir que pudéssemos, juntos, com vocês, marcarmos uma audiência com o Dr. Ênio para que discutíssemos especificamente esse assunto, até esgotar até o fim.

Então, marcamos isso. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ EDMAR)

Deputada Arlete Sampaio, a sugestão que eu fiz foi justamente essa, para que encaminhasse à Comissão de Assuntos Fundiários esse estudo para que a partir daí pudéssemos promover esses encontros.

Portanto, agradeço a presença de todos, a presença do Dr. Ênio, como de sua equipe.

Encerro esta audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 12h04min.)

PROTOCOLO LEGISLATIVO
R2 Nº 1976 125
Fis. N.º 37